

CÓDIGO CVM: 00332-8



Chesf

Proposta da Administração



Ministério de
Minas e Energia



Senhores Acionistas:

Em conformidade com as disposições legais vigentes e o Estatuto Social da Companhia, apresentamos a Proposta da Administração, com os esclarecimentos e documentos sobre os itens a serem deliberados em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 27 de abril de 2017.

Item I – Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2016.

O Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas dos pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício de 2016, estarão disponíveis na página da Companhia na Internet, www.chesf.gov.br, no link “Investidores” a partir do dia 27/03/2017.

Os comentários dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia encontram-se no Anexo 01 do presente documento.

Item II - Destinação do Resultado do Exercício.

Considerando que o lucro apurado pela Companhia no exercício encerrado em 31/12/2016, no montante de R\$ 3.985,3 milhões, foi integralmente utilizado para absorção de prejuízos acumulados, a Companhia está dispensada da apresentação das informações indicadas no Anexo 9-1-II da Instrução CVM 481, de 17/12/2009, relativas a Destinação do Resultado do Exercício.

Participação nos lucros e resultados: Por tratar-se de obrigação construtiva decorrente de Acordo Coletivo de Trabalho, a Companhia, em observância às normas contábeis vigentes, consignou nestas Demonstrações Financeiras provisão para fazer frente à eventual obrigação, observadas as disposições da Lei nº 10.101, de 20.12.2000 e aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, cujo pagamento deverá ser objeto de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas no montante de até R\$ 106,6 milhões.

Item III - Eleição de membros para o Conselho de Administração e para o Conselho Fiscal e respectivos suplentes.

Considerando a eleição de membros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal, os candidatos indicados ou apoiados pela Administração ou pelos Acionistas Controladores encontram-se no Anexo 02 (Conselho de Administração) e Anexo 03 (Conselho Fiscal) do presente documento, assim como as informações indicadas nos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência.

Item IV - Fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal e dos administradores da companhia.

Em conformidade com o art. 12 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos a proposta de remuneração anual global para os Administradores e Membros do Conselho Fiscal da Companhia para o período de abril de 2017 a março de 2018 no valor de R\$ 9.405.197,25, incluído neste valor os encargos. As informações do item 13 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo 04 deste documento.

Recife, 23 de março de 2017

A Administração

COMENTÁRIO DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 9º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES
10.1 Os diretores devem comentar sobre:
a. condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia registrou no exercício de 2016, lucro líquido consolidado de R\$ 3.985,4 milhões. Este resultado é decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados, até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013. Esses valores homologados e contabilizados no resultado do exercício deste ano não representam imediata entrada de recursos financeiros no caixa da Companhia. É um resultado meramente econômico, razão pela qual os referidos valores não refletiram no fluxo de caixa da companhia.

RESUMO DA CONTABILIZAÇÃO DA RBSE – R\$ mil	
Efeito Patrimonial	
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029
Atualização VNR	3.905.355
Valor Homologado pela ANEEL	5.092.384
Atualização IPCA e Remuneração	5.472.363
Valor total do ativo Financeiro atualizado (Valores recebíveis em 8 anos, a partir de julho/2017)	10.564.747
Efeito no Resultado	
Receita operacional	9.377.718
Imposto de Renda e Contribuição Social Di feridos	(3.188.424)
Efeito líquido	6.189.294

A Companhia possui uma capacidade de alavancagem que garante seus investimentos e pode ser demonstrada com base no índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é obtido pela soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, conforme demonstrado abaixo.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014 estão a seguir sumarizados:

	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Financiamentos e empréstimos	2.204.009	1.450.646	1.207.567
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	140.399	373.867	658.063
Dívida líquida	2.063.610	1.076.779	549.504
(+) Total do patrimônio líquido	12.597.856	8.864.214	9.523.869
Total do capital	14.661.466	9.940.993	10.073.373
Índice de alavancagem financeira	14,1%	10,8%	5,5%

A atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre capital total, apresenta um nível de alavancagem que atingiu 14,1% em 31/12/2016.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia e monitorada continuamente, a fim de assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos, e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventuais disponibilidades de caixa são aplicadas em fundos de investimentos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esses fundos são compostos por títulos públicos custodiados na Cetip, não havendo exposição ao risco de contraparte.

b. estrutura de capital

A estrutura de capital decorre da escolha feita pela Companhia entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros para o financiamento de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2016 sua dívida bruta totalizou R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que os R\$ 1.450,6 milhões em 2015, dos quais 42,1% (R\$ 927,0 milhões) é de curto prazo e 57,9% (R\$ 1.277,0 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2016 o saldo de R\$ 2.063,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que os R\$ 1.207,6 milhões em 2014, dos quais 20,5% (R\$ 298,0 milhões) eram de curto prazo e 79,5% (R\$ 1.152,6 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2015 o saldo de R\$ 1.076,8 milhões.

Em 31 de dezembro de 2014 sua dívida bruta totalizou R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que os R\$ 852,0 milhões em 2013, dos quais 20,7% (R\$ 250,4 milhões) eram de curto prazo e 79,3% (R\$ 957,2 milhões) de longo prazo. Toda a dívida da companhia é em moeda nacional. A posição do endividamento líquido apresentou no final de 2014 o saldo de R\$ 549,5 milhões.

Dívida	R\$ mil				
	2016	2015	2014	Δ% 2016 Vrs. 2015	Δ% 2015 Vrs. 2014
Curto prazo	926.973	298.038	250.414	211,0	19,0
Longo prazo	1.277.036	1.152.608	957.153	10,8	20,4
Dívida Bruta Total	2.204.009	1.450.646	1.207.567	51,9	20,1
(-) Caixa e equivalentes de caixa	140.399	373.867	658.063	(62,4)	(43,2)
Dívida Líquida	2.063.610	1.076.779	549.504	91,6	96,0

A estrutura de capital dos três últimos exercícios sociais está demonstrada a seguir:

	R\$ mil				
	2016	2015	2014	Δ% 2016 Vrs 2015	Δ% 2015 Vrs. 2014
Capital Próprio	12.597.856	8.864.214	9.523.869	42,1	(6,9)
Capital de Terceiros	10.523.062	6.086.178	5.448.417	72,9	11,7
Capital Total	23.120.918	14.950.392	14.972.286	54,7	(0,1)

A evolução do indicador medido pela relação entre capital de terceiros e capital total mostra aumento de 4,3 pontos percentuais entre 2014 e 2015, apontando 36,4% em 31/12/2014 e 40,7% em 31/12/2015. Já em 31/12/2016, o capital de terceiros passou a representar 45,5%, aumentando 4,8 pontos percentuais em relação a 2015.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em 2016, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, provisão *impairment*, provisão para perdas em investimentos, provisão para PIDV, receita de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e contrato oneroso, foi de R\$ 760,4 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 267,3 milhões, 46,2% maior que em 2015 (R\$ 182,8 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 2.204,0 milhões, 51,9% maior que em 2015 (R\$ 1.450,6 milhões).

Em 2015, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão *impairment*, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ 546,5 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 182,8 milhões, 11,7% maior que em 2014 (R\$ 163,6 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.450,6 milhões, 20,1% maior que em 2014 (R\$ 1.207,6 milhões).

Em 2014, a geração de caixa operacional, representada pelo EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortizações), ajustado pela receita financeira, provisão para contingências, reversão *impairment*, provisões para perda na realização de investimentos, provisões para PIDV e contrato oneroso, foi de R\$ -72,1 milhões, enquanto que a despesa financeira bruta no mesmo período somou R\$ 163,6 milhões, 166,9% maior que em 2013 (R\$ 61,4 milhões) e a dívida bruta total estava em R\$ 1.207,6 milhões, 41,7% maior que em 2013 (R\$ 852,0 milhões).

Maiores detalhes sobre o perfil da dívida, vide alínea (f) deste item 10.1.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

As principais fontes de financiamento para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes utilizadas nos três últimos exercícios sociais foram compostas por recursos provenientes de sua geração operacional de caixa, das indenizações decorrentes da prorrogação das concessões referente a Rede Básica de Novas Instalações – RBNI e pela obtenção de financiamentos junto a instituições financeiras, tais como, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste e BNDES.

Os recursos dos financiamentos obtidos pela Chesf têm sido usados para financiar a expansão de seus sistemas de geração e transmissão de energia elétrica em empreendimentos corporativos e por meio de participações em parcerias, através da constituição de Sociedades de Propósito Específico.

Fontes de Financiamento - Recursos Recebidos no Exercício			
	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Geração Operacional de Caixa (EBITDA)	760.427	546.484	(72.072)
Indenizações - renovação das concessões	-	1.625.575	1.041.875
Financiamentos e empréstimos	641.546	476.915	400.000
Total	1.401.973	2.648.974	1.369.803

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para a cobertura de eventuais deficiências de liquidez para o financiamento de capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia buscará a obtenção de empréstimos junto a instituições financeiras.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A composição do endividamento total da empresa está demonstrada a seguir:

Endividamento Total			
	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	313.138	384.549	509.900
Folha de pagamento	20.740	17.141	15.454
Tributos a recolher	116.183	117.670	92.105
Financiamentos e empréstimos	926.973	298.038	250.414
Remuneração aos acionistas	-	-	-
Outras provisões operacionais	106.552	96.993	103.445
Obrigações estimadas	161.861	136.778	122.832
Incentivo ao Desligamento - PIDV	36.029	42.676	39.826
Benefícios pós-emprego	27.727	25.876	91.296
Encargos setoriais	72.717	126.042	136.185
Outros	233.270	59.362	27.600
	2.015.190	1.305.125	1.389.057
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Tributos a recolher	20.477	19.859	13.572
Passivos fiscais diferidos	3.254.553	65.070	199.523
Financiamentos e empréstimos	1.277.036	1.152.608	957.153
Benefícios pós-emprego	1.391.907	1.130.958	840.574
Incentivo ao Desligamento - PIDV	37.050	66.845	93.029
Encargos setoriais	344.254	260.893	257.682
Provisões para contingências	1.839.391	1.660.536	1.482.916
Provisão contrato oneroso	279.907	247.012	114.724
Obrigações vinculadas à Concessão	59.042	82.240	86.588
Outros	4.255	95.032	13.599
	8.507.872	4.781.053	4.059.360
CAPITAL DE TERCEIROS	10.523.062	6.086.178	5.448.417

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos da Companhia estão demonstradas a seguir:

a) Composição

	R\$ mil						
	31/12/2016			31/12/2015	31/12/2014		
	Circulante		Total	Não Circulante		Total	Total
Principal	Encargos	Principal		Total			
Eletrobras	-	564.166	564.166	134.569	698.735	29.751	42.385
Banco do Brasil	6.454	125.000	131.454	125.000	256.454	385.091	511.087
Banco do Nordeste	32	45.636	45.668	112.870	158.538	203.997	249.509
Caixa Econômica Federal	6.249	112.500	118.749	337.500	456.249	354.892	404.586
BNDES	2.296	64.640	66.936	567.097	634.033	476.915	-
Total	15.031	911.942	926.973	1.277.036	2.204.009	1.450.646	1.207.567

Do total de empréstimos obtidos junto a **Eletrobras**, R\$ 82.043 mil destinam-se a realização de obras do programa de investimentos, R\$ 431.534 mil a realização de aportes na SPE Norte Energia S.A., R\$ 67.954 mil a realização de aportes na SPE Companhia Energética Sinop S.A., R\$ 100.000 mil a quitação de compromissos financeiros relativos ao programa de investimento e compromissos relativos aos gastos de manutenção e operação do sistema elétrico, restando R\$ 17.203 mil de saldo já existente, com última parcela a vencer em 2018. As garantias apresentadas são a receita própria e os recursos referentes a transmissão (Rede Básica do Sistema Existente- RBSE).

O empréstimo junto ao **Banco do Brasil** destinou-se, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

Os empréstimos junto ao **Banco do Nordeste** estão garantidos por recebíveis representados por duplicatas registradas em cobrança no montante equivalente de 03 a 06 prestações de amortização do financiamento, mais um fundo de liquidez em conta reserva a título de garantia complementar, equivalente a 03 prestações de amortização.

O empréstimo junto a **Caixa Econômica Federal**, destinou-se a constituição de capital de giro e está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da totalidade das Receitas Anuais de Geração – RAG, das Usinas do Complexo de Paulo Afonso, Usina de Funil e Usina da Pedra durante o prazo da operação.

Os financiamentos junto ao **BNDES** destinam-se a implantação das obras de ampliação, reforços, melhorias e modernização da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, sob responsabilidade da Chesf, para implantação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE), bem como para aquisição de máquinas e equipamentos nacionais que se enquadrem nos critérios da Agência Especial de Financiamento Industrial – Finame, tendo como garantias a e cessão fiduciária dos direitos creditórios da Receita Anual de Geração - RAG, a que a beneficiária tem direito pela disponibilização da Garantia Física e de Potência das Usinas Hidroelétricas Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança (Castelo Branco) e Xingó, e Fiança da Eletrobras. Estes financiamentos serão amortizados em até 168 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira na data na formalização do aditivo aos respectivos contratos e a última no dia 15/06/2029.

Observa-se que não existe grau de subordinação entre as dívidas mantidas pela Companhia, nem possui restrições ou impedimentos nos contratos de financiamentos, especialmente, à distribuição de dividendos. Quanto à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da Companhia ou na transferência do seu controle acionário, consta, nos contratos de financiamento do BNDES, cláusula sobre as obrigações de se submeter previamente a matéria ao BNDES.

Considerando a totalidade do passivo circulante e não circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, as obrigações de natureza quirografária correspondiam ao montante de R\$ 8,7 bilhões (R\$ 4,7 bilhões, em 31 de dezembro de 2015 e R\$ 4,7 bilhões, em 31 de dezembro de 2014).

As dívidas da Companhia com garantia real, apresentadas em suas demonstrações financeiras, são compostas principalmente por financiamentos e empréstimos junto a Eletrobras e a instituições financeiras, sendo as demais contas a pagar, classificadas como dívidas quirografárias.

b) Composição dos financiamentos e empréstimos por tipo de moeda e indexador:

	R\$ mil					
	31/12/2016		31/12/2015		31/12/2014	
	RS	%	RS	%	RS	%
Sem Indexador	419.678	19,04%	512.505	35,33%	291.533	24,14%
IPCA	215	0,01%	300	0,02%	361	0,03%
CDI	1.394.235	63,26%	739.983	51,01%	915.673	75,83%
TJLP	389.881	17,69%	197.858	13,64%	-	-
Total	2.204.009	100,00%	1.450.646	100,00%	1.207.567	100,00%
Principal	2.188.978	99,32%	1.435.645	98,97%	1.191.837	98,70%
Encargos	15.031	0,68%	15.001	1,03%	15.730	1,30%
Total	2.204.009	100,00%	1.450.646	100,00%	1.207.567	100,00%

c) O valor principal dos financiamentos e empréstimos a longo prazo, no montante de R\$ 1.277.036 mil (R\$ 1.152.608 mil, em 2015, e R\$ 957.153 mil, em 2014), tem seus vencimentos assim programados:

	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
2016	-	-	281.478
2017	-	-	280.612
2018	513.803	330.526	277.503
2019	204.233	327.418	95.473
2020	130.911	145.378	22.087
2021	96.336	71.993	-
2022	58.836	49.905	-
Após 2022	272.917	227.388	-
Total	1.277.036	1.152.608	957.153

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Os limites dos financiamentos contratados pela Companhia e os percentuais já utilizados dos mesmos, são os demonstrados a seguir:

Credor	Valor Contratado	Valor Utilizado	Percentual de Utilização
	(R\$ mil)	(R\$ mil)	
Banco do Brasil	500.000	500.000	100,00%
CEF	400.000	400.000	100,00%
CEF	200.000	200.000	100,00%
BNDES	727.560	419.596	57,67%
BNDES	475.454	265.538	55,85%
BNB	32.576	15.573	47,81%
BNB	4.865	2.433	50,00%
BNB	388.998	388.998	100,00%
TOTAL	2.729.453	2.192.138	

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL				(em milhares de reais)				
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2016	2015	2014	2016 Vrs. 2015	2015 Vrs. 2014
ATIVO								
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	140.399	373.867	658.063	0,61	2,50	4,40	(62,45)	(43,19)
Títulos e valores mobiliários	19.696	487.871	683.310	0,09	3,26	4,56	(95,96)	(28,60)
Clientes	387.478	378.379	364.500	1,68	2,53	2,43	2,40	3,81
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	-	1.605.710	-	-	10,72	-	(100,00)
Tributos a recuperar	105.437	188.180	76.139	0,46	1,26	0,51	(43,97)	147,15
Cauções e depósitos vinculados	15.561	11.010	10.982	0,07	0,07	0,07	41,34	0,25
Almoxarifado	76.647	83.478	89.382	0,33	0,56	0,60	(8,18)	(6,61)
Serviços em curso	190.169	162.537	144.377	0,82	1,09	0,96	17,00	12,58
Ativo financeiro - concessões de serviço público	1.314.991	114.207	77.833	5,69	0,76	0,52	1.051,41	46,73
Dividendos a Receber	62.548	33.846	20.989	0,27	0,23	0,14	84,80	61,26
Fachsf Saúde Mais	8.448	42.095	34.657	0,04	0,28	0,23	(79,93)	21,46
Outros	121.058	155.285	225.472	0,52	1,04	1,51	(22,04)	(31,13)
	2.442.432	2.030.755	3.991.414	10,56	13,58	26,66	20,27	(49,12)
NÃO CIRCULANTE								
Realizável a Longo Prazo								
Clientes	368	4.986	8.604	-	0,03	0,06	(92,62)	(42,05)
Valores a receber - Lei nº 12.783/2013	487.822	487.822	487.822	2,11	3,26	3,26	-	-
Títulos e valores mobiliários	1.639	2.945	3.483	0,01	0,02	0,02	(44,35)	(15,45)
Tributos a recuperar	389.889	175.844	164.588	1,69	1,18	1,10	121,72	6,84
Cauções e depósitos vinculados	1.120.173	1.023.037	641.895	4,84	6,84	4,29	9,49	59,38
Serviços em curso	75.000	75.000	75.000	0,32	0,50	0,50	-	-
Ativo financeiro - concessões de serviço público	11.120.735	4.521.524	3.502.660	48,10	30,24	23,39	145,95	29,09
Fachsf Saúde Mais	78.636	92.265	104.288	0,34	0,62	0,70	(14,77)	(11,53)
Adiantamento a investidas	456.355	348.887	590.015	1,97	2,33	3,94	30,80	(40,87)
Outros	29.612	27.485	26.725	0,13	0,18	0,18	7,74	2,84
	13.760.229	6.759.795	5.605.080	59,51	45,21	37,44	103,56	20,60
Investimentos	5.291.992	4.458.421	3.980.860	22,89	29,82	26,59	18,70	12,00
Imobilizado	1.565.595	1.637.476	1.336.306	6,77	10,95	8,93	(4,39)	22,54
Intangível	60.670	63.945	58.626	0,26	0,43	0,39	(5,12)	9,07

	20.678.486	12.919.637	10.980.872	89,44	86,42	73,34	60,05	17,66
TOTAL DO ATIVO	23.120.918	14.950.392	14.972.286	100,00	100,00	100,00	54,65	(0,15)

BALANÇO PATRIMONIAL

(em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2016	2015	2014	2016 Vrs. 2015	2015 Vrs. 2014
PASSIVO E PL								
CIRCULANTE								
Fornecedores	313.138	384.549	509.900	1,35	2,57	3,41	(18,57)	(24,58)
Folha de pagamento	20.740	17.141	15.454	0,09	0,11	0,10	21,00	10,92
Tributos a recolher	116.183	117.670	92.105	0,50	0,79	0,62	(1,26)	27,76
Financiamentos e empréstimos	926.973	298.038	250.414	4,01	1,99	1,67	211,03	19,02
Outras provisões operacionais	106.552	96.993	103.445	0,46	0,65	0,69	9,86	(6,24)
Obrigações estimadas	161.861	136.778	122.832	0,70	0,91	0,82	18,34	11,35
Incentivo ao Desligamento - PIDV	36.029	42.676	39.826	0,16	0,29	0,27	(15,58)	7,16
Benefícios pós-emprego	27.727	25.876	91.296	0,12	0,17	0,61	7,15	(71,66)
Encargos setoriais	72.717	126.042	136.185	0,31	0,84	0,91	(42,31)	(7,45)
Outros	233.270	59.362	27.600	1,01	0,40	0,18	292,96	115,08
	2.015.190	1.305.125	1.389.057	8,72	8,72	9,28	54,41	(6,04)
NÃO CIRCULANTE								
Tributos a recolher	20.477	19.859	13.572	0,09	0,13	0,09	3,11	46,32
Passivos fiscais diferidos	3.254.553	65.070	199.523	14,08	0,44	1,33	4.901,62	(67,39)
Financiamentos e empréstimos	1.277.036	1.152.608	957.153	5,52	7,71	6,39	10,80	20,42
Benefícios pós-emprego	1.391.907	1.130.958	840.574	6,02	7,56	5,61	23,07	34,55
Incentivo ao Desligamento - PIDV	37.050	66.845	93.029	0,16	0,45	0,62	(44,57)	(28,15)
Encargos setoriais	344.254	260.893	257.682	1,49	1,75	1,72	31,95	1,25
Provisões para contingências	1.839.391	1.660.536	1.482.916	7,96	11,11	9,90	10,77	11,98
Provisão contrato oneroso	279.907	247.012	114.724	1,21	1,65	0,77	13,32	115,31
Obrigações vinculadas à Concessão	59.042	82.240	86.588	0,26	0,55	0,58	(28,21)	(5,02)
Outros	4.255	95.032	13.599	0,02	0,64	0,09	(95,52)	598,82
	8.507.872	4.781.053	4.059.360	36,80	31,99	27,10	77,95	17,78
P. LÍQUIDO								
Capital social	9.753.953	9.753.953	9.753.953	42,19	65,24	65,15	-	-
Reservas de capital	4.916.199	4.916.199	4.916.199	21,26	32,88	32,84	-	-
Outros resultados abrangentes	(1.820.879)	(1.569.138)	(1.369.514)	(7,88)	(10,50)	(9,15)	16,04	14,58
Lucros/Prejuízos acumulados	(267.407)	(4.252.682)	(3.776.818)	(1,16)	(28,45)	(25,23)	(93,71)	12,60
	12.581.866	8.848.332	9.523.820	54,42	59,17	63,61	42,19	(7,09)
Participação de não controladores	15.990	15.882	49	0,07	0,11	-	0,68	32.312,24
	12.597.856	8.864.214	9.523.869	54,49	59,28	63,61	42,12	(6,93)
TOTAL DO PASSIVO E PL	23.120.918	14.950.392	14.972.286	100,00	100,00	100,00	54,65	(0,15)

Em decorrência da implementação do Novo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, houve uma reclassificação contábil da conta patrimonial *Obrigações Vinculada à Concessão*, que deixou de ser uma conta redutora do Ativo Imobilizado, para ser uma conta do Passivo Não Circulante, sendo reapresentado desta forma os valores dos Ativo e Passivo totais do exercício de 2014, para fins comparativos.

Apresentamos a seguir uma comparação das variações significativas ocorridas em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2016, 2015 e 2014:

ATIVO

Ativo Circulante

Apresentou aumento de 20,27%, passando de R\$ 2.030.755 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.442.432 mil em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

Caixa e Equivalentes de Caixa

Redução de 62,45% no caixa e equivalentes de caixa, que passou de R\$ 373.867 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 140.399 mil em 31 de dezembro de 2016.

Títulos e Valores Mobiliários

Redução de 95,96% nos títulos e valores mobiliários, que passou de R\$ 487.871 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 19.696 mil em 31 de dezembro de 2016, passando a representar 0,09% do ativo total em 2016, sendo em 2015 e 2014, 3,26% e 4,56%, respectivamente.

Valores a Receber – Lei nº 12.783/2013

Os valores a receber – Lei nº 12.783/2013, no ativo circulante, apresentaram variação negativa de 100% entre os anos de 2016, 2015 e 2014, conforme demonstrados no quadro abaixo. Essa variação ocorreu devido aos seguintes fatores:

- recebimentos ocorridos nos anos de 2014 e 2015, conforme previsto para serem recebidos mensalmente até o vencimento do contrato de concessão vigente na data de publicação da Portaria Interministerial MME/MF nº 580/2012;
- acréscimos da remuneração pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 5,59% real ao ano, a contar do primeiro dia do mês de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão;
- atualização pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA até data do seu efetivo pagamento.

	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Anterior	487.822	2.093.532	2.709.735
Valores Recebidos	-	(1.625.575)	(1.041.875)
Atualização	-	519.106	425.672
Ajuste Cálculo Atualização	-	(499.241)	-
	487.822	487.822	2.093.532
Circulante	-	-	1.605.710
Não-Circulante	487.822	487.822	487.822
	487.822	487.822	2.093.532

Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 41,34%, que passou de R\$ 11.010 mil em 31 dezembro de 2015 para R\$ 15.561 mil em 31 de dezembro de 2016. As cauções no ativo circulante são garantias contratuais.

Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 1.051,41% no ativo financeiro, que passou de R\$ 114.207 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 1.314.991 mil em 31 de dezembro de 2016, passando a representar 5,69% do ativo total em 2016, sendo em 2015 e 2014, 0,76% e 0,52%, respectivamente. A variação elevada é decorrente do reconhecimento, no exercício de 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE.

Dividendos a Receber

Aumento de 84,80%, passando de R\$ 33.846 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 62.548 mil em 31 de dezembro de 2016. Os valores registrados referem-se aos dividendos a receber das SPEs.

Ativo Não Circulante

O ativo não circulante apresentou um aumento de 60,05%, passando de R\$ 12.919.637 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 20.678.486 mil em 31 de dezembro de 2016. As principais variações foram:

Realizável a Longo Prazo: Clientes

Redução de 92,62% na rubrica de clientes, que passou de R\$ 4.986 mil em 2015 para R\$ 368 mil em 2016.

Realizável a Longo Prazo: Tributos a Recuperar

Aumento de 121,72% nos valores dos tributos a recuperar, passando de R\$ 175.844 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 389.889 mil em 31 de dezembro de 2016, motivado principalmente pelos ativos fiscais diferidos resultantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social.

Realizável a Longo Prazo: Cauções e Depósitos Vinculados

Aumento de 9,49% nas cauções e depósitos vinculados, passando de R\$ 1.023.037 mil em 2015 para R\$ 1.120.173 mil em 2016, variação esta motivada, em grande parte, pelo bloqueio judicial de aplicações financeiras da Companhia, no âmbito do processo do Fator K.

Realizável a Longo Prazo: Ativo Financeiro - Concessões de Serviço Público

Aumento de 145,95%, passando de R\$ 4.521.524 mil em 2015 para R\$ 11.120.735 mil em 2016, variação motivada pelo reconhecimento, em 2016, dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE.

Investimentos

Apresentou aumento de 18,70%, que passou de R\$ 4.458.421 mil em 2015 para R\$ 5.291.992 mil em 2016, representando 22,89 % de participação no ativo total da Companhia, sendo 29,82% em 2015, e 26,59% em 2014. Os aumentos de capital realizados em Sociedades de Propósito Específico atingiram os montantes de R\$ 1.138,3 milhões em 2014, R\$ 981,8 milhões em 2015 e R\$ 769,9 milhões em 2016.

PASSIVO

Passivo Circulante

O saldo do passivo circulante aumentou 54,41%, passando de R\$ 1.305.125 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 2.015.190 mil em 31 de dezembro de 2016. As principais variações no passivo circulante foram as seguintes:

Fornecedores

Redução de 18,57% na conta de fornecedores, passando de R\$ 384.549 mil em 2015 para R\$ 313.138 mil em 2016, reflexo principalmente das medidas tomadas para redução de custos com contratação de materiais e serviços.

Financiamentos e Empréstimos

Aumento de 211,03% na rubrica de financiamentos e empréstimos, passando de R\$ 298.038 mil, em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 926.973 mil, em 31 de dezembro de 2016, decorrente da contratação de novos empréstimos junto a Eletrobras para a realização de programas de investimento.

Outros

Aumento de 292,96% na rubrica, passando de R\$ 59.362 mil em 2015 para R\$ 233.270 mil em 2016, motivado principalmente pelo registro dos valores a ressarcir da Lei nº 12.783/2013.

Passivo Não Circulante

O saldo do passivo não circulante apresentou aumento de 77,95%, passando de R\$ 4.781.053 mil em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 8.507.872 mil em 31 de dezembro de 2016. As principais variações no passivo não circulante foram as seguintes:

Passivos Fiscais Diferidos

A rubrica representa 14,08 % do passivo total em 2016 e teve aumento significativo de 4.901,62% em relação a 2015, passando de R\$ 65.070 mil para R\$ 3.254.553 mil. Tal efeito decorre dos débitos fiscais relativos ao imposto de renda da pessoa jurídica e à contribuição social sobre o lucro líquido provenientes de diferenças temporárias.

Incentivo ao Desligamento - PIDV

Redução de 44,57% na rubrica *Incentivo ao Desligamento – PIDV*, no passivo não circulante, cujo montante registrado é de R\$ 37.050 mil (R\$ 66.845 mil, em 2015).

Provisões para Contingências

A rubrica representa 7,96% do passivo total (11,11% em 2015) e aumentou 10,77% em 2016, passando de R\$ 1.660.536 mil, em 31 de dezembro de 2015, para R\$ 1.839.391 mil, em 31 de dezembro de 2016, esta variação é decorrente, principalmente, de registro de novos processos judiciais cíveis e da atualização de processos existentes.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido apresentou aumento de 42,12%, passando de R\$ 8.864.214 mil, em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 12.597.856 mil, em 31 de dezembro de 2016, em decorrência do resultado positivo individual da Companhia apurado no valor de R\$ 3.985.383 mil, reduzindo a conta de prejuízos acumulados em 93,71% (R\$ 267.407mil em 2016, R\$ 4.252.682 mil em 2015). Houve variação negativa de R\$ 251.741 mil em outros resultados abrangentes (perda de R\$ 199.624 mil, em 2015), decorrente de obrigações atuariais de benefícios pós-emprego.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO

(em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Análise Vertical (%)			Análise Horizontal (%)	
				2016	2015	2014	2016 Vrs. 2015	2015 Vrs. 2014
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	13.451.447	4.774.253	4.210.011	100,00	100,00	100,00	181,75	13,40
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA	(697.183)	(734.391)	(646.576)	(5,18)	(15,38)	(15,36)	(5,07)	13,58
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12.754.264	4.039.862	3.563.435	94,82	84,62	84,64	215,71	13,37
CUSTO OPERACIONAL								
Custo com energia elétrica								
Energia elétrica comprada para revenda	(342.197)	(346.350)	(620.038)	(2,54)	(7,25)	(14,73)	(1,20)	(44,14)
Encargos de uso da rede de transmissão	(673.051)	(673.906)	(732.110)	(5,00)	(14,12)	(17,39)	(0,13)	(7,95)
Custo de operação								
Pessoal, material e serviços de terceiros	(486.866)	(453.389)	(417.364)	(3,62)	(9,50)	(9,91)	7,38	8,63
Combustíveis para a produção de energia	(7.803)	(176.425)	(362.811)	(0,06)	(3,70)	(8,62)	(95,58)	(51,37)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(9.332)	(9.691)	(12.055)	(0,07)	(0,20)	(0,29)	(3,70)	(19,61)
Depreciação e amortização	(32.098)	(34.302)	(36.359)	(0,24)	(0,72)	(0,86)	(6,43)	(5,66)
Provisão (reversão) contrato oneroso	(32.895)	(132.288)	1.319.527	(0,24)	(2,77)	31,34	(75,13)	(110,03)
Outros	23.061	46.798	51.107	0,17	0,98	1,21	(50,72)	(8,43)
	(1.561.181)	(1.779.553)	(810.103)	(11,61)	(37,27)	(19,24)	(12,27)	119,67
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS	(2.346)	(1.283)	(1.887)	(0,02)	(0,03)	(0,04)	82,85	(32,01)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	(582.833)	(999.995)	(984.827)	(4,33)	(20,95)	(23,39)	(41,72)	1,54
LUCRO BRUTO	10.607.904	1.259.031	1.766.618	78,86	26,37	41,96	742,55	(28,73)

DESPESAS OPERACIONAIS	(4.104.956)	(1.891.480)	(1.587.572)	(30,52)	(39,62)	(37,71)	117,02	19,14
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	6.502.948	(632.449)	179.046	48,34	(13,25)	4,25	(1.128,22)	(453,23)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	456.751	(16.566)	(168.718)	3,40	(0,35)	(4,01)	(2.857,16)	(90,18)
RESULTADO FINANCEIRO	14.881	66.029	649.730	0,11	1,38	15,43	(77,46)	(89,84)
Resultado Operacional	6.974.580	(582.986)	660.058	51,85	(12,21)	15,68	(1.296,35)	(188,32)
Imposto de renda e contribuição social	(2.989.197)	106.994	(1.777.996)	(22,22)	2,24	(42,23)	(2.893,80)	(106,02)
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	3.985.383	(475.992)	(1.117.938)	29,63	(9,97)	(26,55)	(937,28)	(57,42)
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS CONTROLADORES	3.985.275	(475.864)	(1.117.938)	29,63	(9,97)	(26,55)	(937,48)	(57,43)
RESULTADO ATRIBUÍVEL AOS NÃO CONTROLADORES	108	(128)	-	-	-	-	(184,28)	-
Lucro/Prejuízo básico por ação (R\$)	71,29	(8,51)	(20,00)	-	-	-	(937,28)	(57,42)

A análise horizontal das variações significativas ocorridas nas contas de resultado está discriminada no item 10.2, logo a seguir, em razão de existir item específico para análise das variações de resultado.

10.2 Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receitas Operacionais

As receitas da Chesf derivam da geração e transmissão de energia elétrica, conforme abaixo discriminado:

As receitas da atividade de **GERAÇÃO** derivam do suprimento e fornecimento de energia para as empresas de distribuição, industriais e consumidores livres e são registradas com base nos contratos de venda de energia. Essas receitas remuneram os investimentos não indenizados, a operação e a manutenção das usinas. Para as concessões de geração prorrogadas nos termos da Lei n.º 12.783/2013, houve uma mudança nas condições do contrato de concessão, onde as receitas para essas usinas foram estabelecidas para sua operação e manutenção.

Com relação a Receita de **TRANSMISSÃO**, a Receita Anual Permitida - RAP definida no Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica refere-se ao valor autorizado pela Aneel, mediante resolução, a ser auferido pela Companhia pela disponibilização das instalações do seu Sistema de Transmissão. É composta pela parcela referente às instalações da Rede Básica mais as parcelas referentes às demais instalações de transmissão e conexões. De acordo com o primeiro termo aditivo ao Contrato de Concessão n.º 061/2001, a RAP desse contrato será reajustada pelo IPCA, em substituição ao IGP-M, e passará por revisões tarifárias a cada 5 anos, alterando a determinação anterior, vigente até a prorrogação da sua concessão, que previa revisões tarifárias a cada 4 anos. Nas novas concessões, obtidas em Leilões Públicos de Transmissão, a receita corresponderá ao valor indicado nos lances, sendo fixa e reajustada anualmente pelo IPCA ao longo do período de concessão e está sujeita, também, a revisões tarifárias a cada cinco anos, durante os 30 anos de duração da concessão.

Outras Receitas Operacionais

Outras receitas operacionais são provenientes da prestação de serviços e de receitas resultantes de arrendamentos e aluguéis.

Deduções da Receita Operacional

Os tributos incidentes sobre a receita da Chesf consistem no ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços), ISS (Imposto sobre Serviços), PIS/PASEP (Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e o COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).

Outras deduções da receita bruta são os encargos setoriais, que compreendem a Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, contribuições ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e demais encargos similares cobrados dos participantes do setor elétrico. Os encargos setoriais são calculados de acordo com fórmulas estabelecidas pela Aneel, as quais diferem de acordo com o tipo de encargo, e assim não existe correlação direta entre as receitas e os encargos setoriais.

A partir do exercício de 2013, com a Lei nº 12.783/2013, a compensação financeira pela utilização de recursos hídricos relativa às usinas hidrelétricas que tiveram sua concessão prorrogada, passaram a ser recolhidas pela Companhia e arrecadadas das distribuidoras por meio de seu faturamento.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, a situação financeira e o resultado das operações da Chesf foram influenciados por fatores como o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; a prorrogação das concessões de geração e transmissão de energia, objeto da Medida Provisória nº 579/2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, cujo objetivo foi a redução dos preços da energia para os consumidores em geral, o que trouxe uma forte queda de receitas fixas de geração e transmissão; e a renovação dos contratos com consumidores industriais nas condições estabelecidas na Medida Provisória nº 677/2015 de 22 de junho de 2015, convertida na Lei nº 13.182, de 3 de novembro de 2015.

Cenário Econômico

Condições Macroeconômicas Brasileiras

A Chesf é afetada pelas condições da economia brasileira. Apesar de mostrar sinais de recuperação, o ano de 2016 foi caracterizado, conforme carta de conjuntura, de dezembro, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), por um aprofundamento da deterioração do cenário econômico. Adiante segue análise do cenário macroeconômico brasileiro dos últimos três anos.

Em 2014, na primeira reunião do Copom, realizada em 15 de janeiro de 2014, a taxa Selic atingiu 10,50%, alcançando 11,75%, em 31 de dezembro de 2014. O IPCA divulgado atingiu 6,41%, refletindo a maior inflação dos últimos três anos, apesar de estar abaixo do teto da meta estabelecido pelo governo de 6,50%, permaneceu acima da meta de 4,50% fixada pelo Conselho Monetário Nacional, influenciado principalmente pelas tarifas de energia elétrica e alimentos mais caros.

Em 2015, a economia se manteve em recessão técnica após as seguidas variações trimestrais negativas. Houve forte contração de 3,8% no PIB, a maior em mais de duas décadas. O recuo da demanda foi mais intenso que o previsto e o investimento seguiu a tendência de queda que persiste já há dois anos, agravada ao longo de 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano acumulada em 10,67%, a taxa mais elevada desde 2003, decorrente de ajustes nos preços administrados dos serviços e produtos, tais como combustíveis e energia elétrica, aumento da cotação do dólar nominal e continuidade de alta nos preços de serviços, tais como saúde e educação.

Em 2016, a atividade econômica registrou nova contração de 3,6% do PIB. O investimento e o consumo das famílias apresentaram recuo, entretanto, a consequente ociosidade da capacidade produtiva da indústria abre caminho para a expectativa de algum crescimento em 2017, ainda que a recuperação do investimento seja lenta. Essa ociosidade vem repercutindo de maneira dura no mercado de trabalho, tendo a taxa de desemprego encerrado no quarto trimestre de 2016 em 11,5%, contra fechamento de 8,5% em 2015. A inflação, medida pelo IPCA, encerrou o ano

acumulada em 6,29%, decorrente do freio no consumo e no investimento pela perda do dinamismo da economia que atenuou a pressão sobre os preços.

Apesar das medidas adotadas pelo Governo para aquecer a economia, estas não foram suficientes para alavancar o PIB brasileiro, ficando a economia brasileira marcada com um desempenho menos expressivo no consumo, queda da produção industrial, redução do nível de investimento, deterioração da balança comercial e pressões inflacionárias.

Devido ao fraco desempenho no consumo das indústrias e do comércio, em função do quadro econômico desfavorável, principalmente no que diz respeito a investimentos em infraestrutura, credibilidade e mercado de trabalho (emprego e renda), o consumo nacional de energia elétrica reduziu 0,9% em relação a 2015, totalizando 460.001 GWh, representando a região Nordeste 17,34% do consumo.

Nos últimos 3 (três) exercícios sociais, os principais fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais da Companhia foram os seguintes:

No ano de 2016, a Companhia registrou um lucro de R\$ 3.985,4 milhões, contra um prejuízo de R\$ 476,0 milhões em 2015. Este resultado é principalmente decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, relativos aos ativos de transmissão das instalações denominadas de Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, em maio de 2000, não amortizados e/ou não depreciados até 31 de dezembro de 2012, conforme determinação do Ministério das Minas e Energia por meio da Portaria nº 120/2016, relativo aos ativos previstos no artigo 15, parágrafo 2º, da Lei nº 12.783/2013.

No Ano de 2015, a Companhia registrou um prejuízo de R\$ 476,0 milhões, contra um prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões em 2014. Apesar de negativo, houve avanços em alguns itens, reflexo das medidas tomadas visando a retomada da lucratividade, tais como, aumento de receita operacional, redução de alguns custos e despesas operacionais e melhoria no Ebitda.

No Ano de 2014, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 1.117,9 milhões, contra um prejuízo de R\$ 466,1 milhões de 2013. Apesar da redução de 12,06% da Receita Operacional Bruta, a Companhia conseguiu reduzir 36,25% dos custos e despesas operacionais, tendo como destaque a reversão de contrato oneroso em 51,79%, o que contribuiu para a obtenção de um resultado operacional positivo de R\$ 660,1 milhões no exercício.

A Companhia vem sofrendo impactos no resultado decorrente da edição da Medida Provisória nº 579, de 11 de setembro de 2012, posteriormente convertida na Lei nº 12.783/2013, que estabeleceu as regras para a renovação antecipada das concessões do setor elétrico vincendas em 2015 e 2017, com o objetivo de reduzir as tarifas de energia elétrica a partir de janeiro de 2013.

Em 2016, a Companhia registrou R\$ 14,9 milhões no resultado financeiro, o que representa uma queda de 77,46% em relação a 2015, decorrente principalmente da redução das aplicações financeiras e da remensuração dos valores a receber, referente às indenizações dos ativos renovados, bem como o aumento dos encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos. Já em 2015 e 2014, foi registrado R\$ 66,0 milhões e R\$ 649,7 milhões, respectivamente no resultado financeiro.

	(R\$ milhões)		
Receitas (despesas) financeiras	2016	2015	2014
Resultado de aplicações financeiras	58,4	138,1	243,4
Variações monetárias e acréscimos moratórios - energia vendida	121,6	110,3	62,5
Outras variações monetárias ativas	20,5	2,9	3,1
Encargos de dívida dos empréstimos e financiamentos	(200,7)	(143,4)	(131,5)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos	(4,5)	(0,9)	(0,7)
Atualização de valores a receber - Lei nº 12.783/2013	-	(70,6)	425,7
Outras receitas (despesas) financeiras	19,7	29,6	47,3
(=) Resultado financeiro líquido	14,9	66,0	649,7

Em **2016**, a Companhia aumentou o total dos custos e despesas em 33,79%, reflexo do aumento da provisão do *impairment* no montante de R\$ 1.854,6 milhões, e da Provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 278,6 milhões em relação ao exercício de 2015. Houve redução dos custos e despesas operacionais de R\$ 554,2 milhões em relação a 2015, quando excluimos da análise as provisões mencionadas.

	31/12/2016			31/12/2015	31/12/2014	Análise Horizontal (%)	
	Custos Operacionais	Despesas Operacionais	Total	Total	Total	2016 Vrs. 2015	2015 Vrs. 2014
Energia elétrica comprada para revenda	342.197	-	342.197	346.350	620.038	(1,20)	(44,14)
Encargos de uso da rede de transmissão	673.051	-	673.051	673.906	732.110	(0,13)	(7,95)
Custo de construção	582.833	-	582.833	999.995	984.827	(41,72)	1,54
Pessoal	364.973	656.430	1.021.403	934.041	871.274	9,35	7,20
Material	10.315	13.056	23.371	25.617	25.571	(8,77)	0,18
Combustíveis para a produção de energia	7.803	-	7.803	176.425	362.811	(95,58)	(51,37)
Serviços de terceiros	113.924	120.519	234.443	218.604	198.158	7,25	10,32
Depreciação e amortização	32.098	69.655	101.753	106.565	105.230	(4,52)	1,27
Comp. Fin. Pela utiliz. de recursos hídricos	9.332	-	9.332	9.691	12.055	(3,70)	(19,61)
Reversão contrato oneroso	32.895	-	32.895	132.288	(1.319.527)	(75,13)	(110,03)
Benefício pós-emprego	-	131.221	131.221	123.537	105.121	6,22	17,52
Arrendamentos e aluguéis	5.300	10.232	15.532	19.654	16.691	(20,97)	17,75
Tributos	1.794	5.665	7.459	13.575	12.196	(45,05)	11,31
Provisões para contingências	-	287.179	287.179	353.602	155.666	(18,78)	127,15
Provisão para impairment	-	2.232.115	2.232.115	377.515	443.197	491,27	(14,82)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	110.711	110.711	84.815	39.547	30,53	114,47
Perdas com clientes	-	36.884	36.884	58.560	17.385	(37,02)	236,84
Provisão para perdas em investimentos	-	278.613	278.613	-	(246.915)	-	(100,00)
Outras provisões operacionais	-	54.837	54.837	48.026	68.368	14,18	(29,75)
Outros	(30.155)	97.839	67.684	(30.455)	180.586	(322,24)	(116,86)
Total	2.146.360	4.104.956	6.251.316	4.672.311	3.384.389	33,79	38,05

A **receita operacional bruta** da Chesf, em 2016, atingiu o montante de R\$ 13.451,4 milhões, representando aumento de 181,75% em relação aos R\$ 4.774,3 milhões de 2015. Contribuíram para essa variação positiva, o aumento da receita de suprimento de energia elétrica de R\$ 54,5 milhões e o aumento da receita financeira de R\$ 9.439,9 milhões, decorrente do reconhecimento dos valores homologados pela Aneel, conforme mencionado no item anterior. No período de 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 17,73%.

Os **tributos e encargos regulatórios sobre vendas** totalizaram R\$ 697,2 milhões no ano de 2016 (5,07% em relação a 2015). Deste total, R\$ 438,7 milhões correspondem a impostos e contribuições sociais (redução de 10,72% em relação a 2015), e R\$ 258,5 milhões a encargos regulatórios (aumento de 6,36% em relação a 2015). A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) no período de 2012 a 2016 foi negativa de -8,74%.

A **receita operacional líquida (ROL)**, que considera as deduções de impostos e encargos setoriais, registrou uma variação positiva de 215,71% em relação ao período anterior, o que representa um acréscimo de R\$ 8.714,4 milhões. De 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi 20,77%.

Os **custos e despesas operacionais** somaram R\$ 6.251,3 milhões no exercício de 2016, apresentando um aumento de R\$ 1.579,0 milhões (33,79%) em relação ao ano anterior. Esta variação decorreu basicamente do aumento da provisão para *impairment* no montante de R\$ 1.854,6 milhões e da provisão para perdas em investimentos no montante de R\$ 278,6 milhões em relação ao exercício de 2015. Quando excluimos dessa análise as provisões mencionadas, constatamos que houve uma redução dos custos e despesas operacionais no montante de R\$ 554,2 milhões em relação a 2015. A Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de 8,79%, no período de 2012 a 2016.

Como efeito dos fatos anteriormente mencionados, o **resultado do serviço (EBIT)** foi positivo em R\$ 6.502,9 milhões, representando um aumento de R\$ 7.135,3 milhões em relação ao montante negativo de R\$ 632,4 milhões obtido em 2015. Com este resultado, a margem operacional do serviço (razão entre o resultado do serviço e a receita operacional líquida) passou de -15,66% em 2015, para 50,99% em 2016, uma variação de 66,65 pontos percentuais.

No ano de 2016, os **investimentos** corporativos para a expansão e modernização da capacidade produtiva da Companhia, totalizaram R\$ 681,4 milhões. Este montante está assim distribuído: R\$ 97,4 milhões em geração de energia; R\$ 551,9 milhões em obras do sistema de transmissão; e R\$ 32,1 milhões em outros gastos de infraestrutura. No período de 2012 a 2016, a Taxa de Crescimento Anual Composta (CAGR) foi de -16,31%.

A **geração operacional de caixa**, expressa pelo EBITDA foi R\$ 760,4 milhões em 2016, contra o montante de R\$ 546,5 milhões em 2015. A margem EBITDA (razão entre o EBITDA e a Receita operacional líquida) foi de 5,96% em 2016 contra 13,53% obtida em 2015, representando uma redução de 7,57 pontos percentuais.

O **valor econômico gerado** pela Companhia em 2016 foi de R\$ 9.018,0 milhões, contra R\$ 1.312,3 milhões gerados em 2015, agregando valor aos seguintes segmentos da sociedade, conforme distribuição a seguir: salários, encargos e benefícios aos empregados (9,62%); impostos, taxas e contribuições aos governos federal, estaduais e municipais (43,03%); juros aos financiadores (3,16%); e lucro aos acionistas (44,19%).

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

O principal indicador de inflação que influencia as operações realizadas pela Companhia é o IPCA, índice que reajusta as tarifas de fornecimento de energia elétrica, além dos despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS e o preço praticado no Mercado de Curto Prazo.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A situação financeira e o resultado das operações da Chesf são afetados pela inflação, uma vez que parte de suas receitas são indexadas a índices de inflação (IPCA) e seus custos operacionais tendem a seguir tais índices. Em 31/12/2016, 19,04% dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Chesf não detinham indexador (35,33% em 2015, 24,14% em 2014). Mais da metade, 63,26%, foram indexados pelo CDI (51,01% em 2015, 75,83% em 2014). Ainda em 2016, 17,69% dessas obrigações foram indexadas pela taxa de juros de longo prazo (13,64% em 2015), e apenas 0,01% do endividamento total de R\$ 2,2 bilhões (R\$ 1,5 bilhão em 2015, R\$ 1,2 bilhão em 2014) foram reajustados pelo IPCA.

Consequentemente, a exposição da Chesf a risco de inflação era de apenas R\$ 215 mil, em 31 de dezembro de 2016. Cada variação de 1,0% no IPCA teria um impacto de R\$ 2,2 mil no resultado financeiro da Companhia. Variações na taxa de juros podem impactar a inflação e, portanto, pode indiretamente expor a Chesf a mudanças das taxas de juros que podem representar elevações no custo de seus financiamentos.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve nem há expectativa de introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Ao longo dos últimos anos, a Companhia vem realizando investimentos em Sociedades de Propósito Específico – SPE, em parceria com a iniciativa privada, na qual figura como acionista minoritário. São empreendimentos em áreas de geração e de transmissão de energia elétrica.

Em 2014, a Companhia adquiriu o controle das SPEs dos Complexos Eólicos Pindaí I e II, quais sejam, *Acauã Energia S.A.*, *Angical 2 Energia S.A.*, *Arapapá Energia S.A.*, *Caititú 2 Energia S.A.*, *Caititú 3 Energia S.A.*, *Carcará Energia S.A.*, *Corrupião 3 Energia S.A.*, *Teiú 2 Energia S.A.*, *Coqueirinho 2 Energia S.A.* e *Papagaio Energia S.A.*, mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. nos referidos empreendimentos.

Em 2015 a Companhia adquiriu o controle da SPE *Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.* (Complexo Eólico Pindaí III), também mediante a diluição, de forma definitiva, da participação acionária do sócio Sequoia Capital Ltda. no referido empreendimento.

Ainda em 2015, a Companhia recebeu autorização da Aneel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE para a aquisição das ações da SPE *Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.*, faltando apenas a aprovação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) para a conclusão da operação. A acionista CTEEP, participante do consórcio vencedor do empreendimento, manifestou a sua saída do projeto desde o início do mesmo, tendo no entanto permanecido na sociedade até a conclusão de todos os procedimentos para a transferência definitiva. Todos os investimentos na SPE foram realizados com recursos próprios da Chesf.

Os aportes de capital e adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por parte da Companhia nos investimentos em SPEs, totalizaram R\$ 1.477,6 milhões em 2014, R\$ 1.352,5 milhões em 2015, e R\$ 895,7 milhões em 2016.

As Sociedades de Propósito Específico, nas quais a Companhia tem participação, encontram-se discriminadas a seguir:

Sociedade de Propósito Específico	Participação (%)	Data de Constituição/Aquisição
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	49,00%	27/10/2003
Integração Transmissora de Energia S.A.	12,00%	20/12/2005
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50%	03/04/2007
Manaus Transmissora de Energia S.A.	19,50%	22/04/2008
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	24,50%	18/12/2008
Manaus Construtora Ltda	19,50%	30/01/2009
ESBR Participações S.A.	20,00%	12/02/2009
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	49,00%	12/01/2010
Norte Energia S.A.	15,00%	21/07/2010
Sete Gameleiras S.A.	49,00%	07/10/2010
São Pedro do Lago S.A.	49,00%	07/10/2010
Pedra Branca S.A.	49,00%	07/10/2010
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	100,00%	07/07/2011
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	22/09/2011
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	49,00%	12/03/2012
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	49,00%	13/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	49,00%	14/03/2012
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	49,00%	15/03/2012
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013

Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	49,00%	03/10/2013
Companhia Energética SINOP S.A	24,50%	28/10/2013
Acauã Energia S.A	99,93%	14/11/2013
Angical 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Arapapá Energia S.A	99,90%	14/11/2013
Caititu 2 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Caititu 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Carcará Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Corrupião 3 Energia S.A	99,96%	14/11/2013
Teiú 2 Energia S.A	99,95%	14/11/2013
Baraúnas I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Mussambê Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Morro Branco I Energética S.A	49,00%	18/11/2013
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	49,00%	22/11/2013
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	49,00%	23/11/2013
Baraúnas II Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Banda de Couro Energética S.A	49,00%	26/12/2013
Eólica Serra das Vacas III S.A	49,00%	17/01/2014
Eólica Serra das Vacas IV S.A	49,00%	17/01/2014
Coqueirinho 2 Energia S.A	99,98%	03/02/2014
Papagaio Energia S.A	99,96%	03/02/2014
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A	83,01%	03/02/2014
Eólica Serra das Vacas I S.A	49,00%	21/02/2014
Eólica Serra das Vacas II S.A	49,00%	21/02/2014
Chapada do Piauí I Holding S.A.	49,00%	08/05/2014
VamCruz I Participações S.A.	49,00%	07/07/2014
Chapada do Piauí II Holding S.A.	49,00%	08/05/2014
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	49,00%	08/10/2015

O saldo contábil dos investimentos em SPE ao término dos três últimos exercícios foram os seguintes:

Participações Societárias	R\$ mil		
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014
STN - Sistema de Transmissão do Nordeste	202.898	176.941	163.434
Energética Águas da Pedra S.A.	104.650	103.307	89.580
Integração Transmissora de Energia S.A.	47.907	42.084	41.064
Manaus Transmissora de Energia S.A.	257.420	244.950	215.793
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	564.755	489.031	444.155
ESBR Participações S.A.	1.665.961	1.396.062	1.453.682
Manaus Construtora Ltda	7.343	7.449	4.724
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	7.829	7.236	28.013
Norte Energia S.A.	1.607.827	1.042.090	804.066
Sete Gameleiras S.A.	22.282	22.888	20.799
São Pedro do Lago S.A.	17.401	16.423	16.268
Pedra Branca S.A.	17.329	17.592	14.256
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	360.072	318.972	181.526
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	62.226	36.079	7.180
Usina de Energia Eólica Junco I S.A.	-	-	18.824
Usina de Energia Eólica Junco II S.A.	-	-	19.087
Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.	-	-	20.976
Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.	-	-	14.106
VamCruz I Participações S.A.	92.452	73.368	-
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A	-	-	16.904
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A	-	-	16.185
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A	-	-	14.890
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A	-	-	18.711
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A	-	-	16.498
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A	-	-	18.505

Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A	-	-	17.364
Chapada do Piauí I Holding S.A.	104.060	109.497	-
Baraúnas I Energética S.A	19.392	17.356	(27)
Mussambê Energética S.A	21.207	21.724	19.955
Morro Branco I Energética S.A	16.558	17.019	15.549
Baraúnas II Energética S.A	594	585	615
Banda de Couro Energética S.A	891	928	961
Eólica Serra das Vacas I S.A.	-	-	14.925
Eólica Serra das Vacas II S.A.	-	-	14.405
Eólica Serra das Vacas III S.A.	-	-	14.023
Eólica Serra das Vacas IV S.A.	-	-	14.524
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	94.614	97.374	-
Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A	-	-	17.774
Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A	-	-	20.000
Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A	-	-	16.926
Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A	-	-	17.774
Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A	-	-	17.774
Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A	-	-	17.774
Chapada do Piauí II Holding S.A.	117.701	142.187	-
Companhia Energética SINOP S.A.	215.610	89.526	87.047
Acauã Energia S.A	34.336	34.280	7.674
Angical 2 Energia S.A	51.329	51.102	12.722
Arapapá Energia S.A	19.635	19.621	5.123
Caititu 2 Energia S.A	48.027	47.531	12.722
Caititu 3 Energia S.A	43.893	43.776	12.722
Carcará Energia S.A	48.749	49.658	11.996
Corrupião 3 Energia S.A	52.827	52.299	12.722
Teiú 2 Energia S.A	39.693	39.464	10.185
Coqueirinho 2 Energia S.A	89.151	90.872	21.415
Papagaio Energia S.A	57.438	57.646	13.375
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A	77.135	76.607	10.435
	6.191.192	5.053.524	4.097.680

c. eventos ou operações não usuais

Não há eventos ou operações não usuais praticadas pela Companhia.

10.4 Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica da Aneel, quando esta não estiver conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes em 31/12/2016, bem como com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, uma vez que estas normas passaram a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações individuais. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

As práticas contábeis adotadas pela Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 4 das suas Demonstrações Financeiras.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A partir de 2015 a Companhia passou a consolidar em suas Demonstrações Financeiras os seus investimentos nas SPEs *Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.* e *Extremoz Transmissora do Nordeste ETN S.A.*

A Companhia, em 31/12/2014, apresentou as suas Demonstrações Financeiras de forma consolidada, visto que a partir de 29/10/2014 passou a exercer o controle das Sociedades de Propósito Específico componentes dos *Complexos Eólicos Pindaí I e Pindaí II.*

A partir de 2013, com base nas modificações introduzidas no pronunciamento contábil CPC 19 (R2), de 23 de novembro de 2012, os investimentos em Empreendimentos Controlados em Conjunto passaram a ser refletidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia, tão somente, por meio do método da equivalência patrimonial não mais apresentando as Demonstrações Financeiras pelo critério de consolidação proporcional.

No procedimento anterior, os saldos das contas contábeis das empresas controladas em conjunto eram refletidos de forma proporcional nas respectivas contas das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Chesf. Com o novo procedimento, sem a consolidação proporcional, esses efeitos passaram a ser refletidos em uma conta patrimonial representativa do referido investimento, e, no resultado, nas contas de ganhos ou de perdas de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das empresas controladas são ajustadas, quando necessário, para assegurar a uniformização das políticas adotadas pela Companhia.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, datado de 23 de março de 2017, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 4.17 (a) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que o lucro líquido da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R\$ 27.450 mil como resultado da baixa dos custos previamente capitalizados e de baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que certa coligada da Companhia capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

*Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 31.3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que indica que a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto *ESBR Participações S.A.* e *Norte Energia S.A.*, as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da *UHE Jirau (Rio Madeira)* e *UHE Belo Monte (Rio Xingu)*. Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras depende da capacidade dessas investidas de continuarem a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Adicionalmente, as investidas *ESBR Participações S.A.*, *Norte Energia S.A.*, e *Chapada do Piauí II Holding S.A.*, nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, e 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2016, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 1.518.165 mil, porém não apresentam passivo a descoberto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.”*

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigações dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a “Lei Anticorrupção Brasileira”.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Continuidade operacional de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015, datado de 28 de março de 2016, contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17 (a), em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato” e seus desdobramentos, a Administração da Companhia tomou conhecimento, por meio de veiculação pela mídia ou de outra forma, da existência de supostos atos ilegais, dentre eles supostos pagamentos de propinas por administradores e ex-administradores de construtoras envolvidas em certos empreendimentos, a Funcionários e/ou Administradores e/ou Diretores de sua controladora a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras) e/ou suas investidas consolidadas e/ou avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

Em decorrência, a Eletrobras, conforme aprovado pelo seu Conselho de Administração, contratou empresa independente especializada para conduzir investigação relacionada ao assunto acima e eventuais descumprimentos de leis e regulamentos, no contexto da legislação do Brasil e dos Estados Unidos da América. Adicionalmente, a Eletrobras criou uma Comissão Independente para gestão e supervisão dos trabalhos de investigação em andamento, conduzidos pela empresa independente contratada.

Considerando que as ações relacionadas à investigação desses assuntos estão ainda em andamento, portanto, sem quaisquer resultados conclusivos, os possíveis impactos decorrentes da resolução final destes temas, sobre as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não são conhecidos

e não puderam ser estimados pela Companhia. Consequentemente, não nos foi possível determinar se havia a necessidade de ajustes ou divulgações em decorrência desses assuntos nas referidas demonstrações financeiras.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Ênfase

Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2015, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, totalizam R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 31.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da Administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e conseqüente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A., Norte Energia S.A., Companhia Energética Sinop S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Sento Sé III, Chapada do Piauí II Holding S.A., e Eólica Serra das Vacas Holding S.A., nas quais a Companhia participa com 20%, 15%, 24,5% e as demais investidas com 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2015, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 2.069.872 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.”

Quanto à **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras “Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato”**, a Diretoria esclarece que a

Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigações dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a "Lei Anticorrupção Brasileira".

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à "**Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador**", a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia, em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à "**Continuidade operacional de empresas investidas**", a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

O parecer emitido pelos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014, datado de 26 de março de 2015, não contém ressalvas e possui as seguintes ênfases:

“Valores a receber sujeitos à aprovação do regulador

Conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 2.3, a Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas. Os saldos residuais dos ativos de transmissão, em 31 de maio de 2000, assim como os saldos residuais de geração hidráulica, em 31 de dezembro de 2012, exceto quanto aos respectivos projetos básicos, foram avaliados sob responsabilidade da Companhia e os respectivos laudos foram enviados à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL para homologação, objetivando recebimento de indenização.

Em 31 de dezembro de 2014, os saldos residuais dos ativos de transmissão e geração citados acima, montam a R\$ 1.187.029 mil e R\$ 487.822 mil, respectivamente, e foram determinados pela Companhia a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação, podendo sofrer alterações até a homologação final e realização dos mesmos.

Nossa conclusão não contém ressalvas em função desse assunto.

Continuidade operacional de empresas investidas

Conforme citado na nota explicativa nº 28.3, a Companhia mantém investimentos nas controladas em conjunto ESBR Participações S.A. e Norte Energia S.A., as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos da UHE Jirau (Rio Xingó) e UHE Belo Monte (Rio Madeira). Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração das investidas, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas investidas para continuar a obter os recursos necessários e/ou da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas.

Adicionalmente, as investidas ESBR Participações S.A. e Manaus Transmissora S.A. e as investidas que formam o Complexo Eólico Piauí I e Complexo Eólico Piauí II, nas quais a Companhia participa com 20%, 19,5% e ambas 49%, respectivamente, apresentavam, em 31 de dezembro de 2014, capital circulante líquido negativo total no montante de R\$ 943.137 mil, porém não apresentam passivo a descoberto.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 4.17.a), em função de notícias veiculadas na mídia a respeito do suposto envolvimento da Companhia e/ou suas investidas no processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como “Lava Jato”, a administração da Companhia adotou algumas ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema. Algumas dessas ações ainda estão em curso, porém, com base nas informações conhecidas pela Companhia até o momento, na avaliação da administração, eventuais impactos relacionados a este assunto, se houver, não seriam materiais nas demonstrações financeiras relativas a 2014. Entretanto, como a operação “Lava Jato” ainda está em andamento, existe incerteza sobre futuros desdobramentos decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas e seus eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Valores a receber sujeitos a aprovação do regulador”**, a Diretoria entende que a Companhia será indenizada dos valores relativos aos ativos de transmissão e geração abrangidos na ênfase, os quais foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação vigente.

A Companhia, em 11/12/2014, apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos ativos de geração de energia elétrica, para fins do processo de indenização dos Aproveitamentos Hidrelétricos, previsto nos termos da Lei nº 12.783, de 11/01/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 4.802,3 milhões, em valores de dezembro de 2012, correspondente aos seguintes Aproveitamentos Hidrelétricos: Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW. O recebimento, se aprovado, se dará por indenização em espécie ou por reconhecimento na base tarifária.

Em 06/03/2015, a Chesf apresentou à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, documentação comprobatória para requerimento de indenização complementar, elaborada por empresa credenciada junto à Aneel, para fins do processo de indenização das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente – RBSE e Demais Instalações de Transmissão – RPC, conforme a Lei nº 12.783/2013. O valor da indenização complementar requerida à Aneel é de R\$ 5.627,2 milhões, em valores de dezembro de 2012.

A Companhia esclarece que os valores requeridos das indenizações complementares dos ativos de geração de energia elétrica e das instalações de transmissão estão sujeitos à aprovação pela Aneel, conforme previsto nas Resoluções ANEEL nº 596, de 19/12/2013 e nº 589, de 10/12/2013, desta forma, os efeitos econômico-financeiros para a Companhia, assim como seus efeitos nas Demonstrações Financeiras, estão condicionados à referida homologação.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Continuidade operacional de empresas investidas”**, a Diretoria esclarece que os empreendimentos mencionados estão em fase avançada de construção. Além do mais, a Companhia e os demais acionistas nos referidos empreendimentos tem o compromisso de aportar os recursos necessários até que os empreendimentos estejam plenamente concluídos.

Quanto ao parágrafo de ênfase acima, referente à **“Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos”**, a Diretoria esclarece que a Companhia vem implementando medidas internas visando a mitigações dos riscos de envolvimento da empresa, seus colaboradores, representantes e parceiros em práticas ilegais. A Companhia criou a Gerência de Compliance, e iniciou a implementação do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras.

O Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras, aprovado pela Diretoria Executiva da Holding e endossado pelo seu Conselho de Administração, para aplicação no âmbito das empresas Eletrobras, é um conjunto de ações contínuas que visam identificar, corrigir e prevenir fraudes e corrupções, garantindo o cumprimento das Leis Anticorrupção por parte das empresas, dos colaboradores, de representantes, sócios de *joint ventures* e outras afiliadas. As empresas Eletrobras fortalecem, com a implantação do programa, o compromisso de manter os mais altos níveis de padrões profissionais e éticos na condução de seus negócios, combatendo a corrupção e preservando a confiança do mercado.

De acordo com a política das Empresas Eletrobras, todos os colaboradores e representantes das empresas, e todos os sócios de *joint ventures* ou outras afiliadas em situação semelhante devem observar integralmente todas as leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis, as quais incluem, mas não se limitam a Lei contra Práticas de Corrupção Estrangeiras de 1977, e subsequentes

alterações (a *Foreign Corrupt Practices Act*, "FCPA") e à Lei no. 12.846, de 01 de agosto de 2013, conhecida como a "Lei Anticorrupção Brasileira".

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas e críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Na preparação das presentes Demonstrações Financeiras a Companhia adotou estimativas e premissas baseada na experiência e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que essas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Companhia, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

- **Ativos e passivos fiscais diferidos** - são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis às estimativas de lucro tributável para compensação nos anos em que essas diferenças temporárias e os prejuízos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social acumulados deverão ser realizados. Os prejuízos fiscais e base negativa não prescrevem e sua compensação fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal. As estimativas de lucro tributável são baseadas no plano estratégico da Companhia, revisado periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido.
- **Provisões** - São reconhecidas quando um evento gera uma obrigação futura com probabilidade provável de saída de recursos e seu valor pode ser estimado com segurança. Desta forma, o valor constituído como provisão é a melhor estimativa de liquidação de uma provável obrigação na data das demonstrações financeiras, levando em consideração os riscos e incertezas relacionados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.
- **Contratos onerosos** - obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. O montante relativo ao período de longo prazo estão reconhecidos a valor presente, com base em taxa de desconto pós impostos aprovados pela administração. A estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD decorrente dos estudos da área de comercialização aprovado pelo Sistema Eletrobras como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis.
- **Valor recuperável de ativos de longa duração** - A Administração da Companhia adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de impairment, quando necessário. Nesta prática, são aplicados julgamentos baseados na experiência na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada, que representa as

práticas determinadas pela Aneel aplicáveis aos ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos intrinsecamente incertos. Dentre esses eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, a taxa de crescimento da atividade econômica do país, a disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pela Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de indenização contratualmente prevista, quando aplicável, pelo menor entre o valor contábil residual existente no final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica e o valor novo de reposição.

- **Obrigações atuariais** - As obrigações atuariais são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes e os resultados reais futuros das estimativas contábeis utilizadas nestas Demonstrações Financeiras podem ser distintos, sob variáveis, premissas e condições diferentes daquelas existentes e utilizadas na época do julgamento.
- **Vida útil dos bens do imobilizado** – A Companhia utiliza os critérios definidos na resolução Aneel nº 367, de 02 de junho de 2009, atualizada pela Resolução no 474 de 07/02/2012, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado.
- **Definição de controle e controle compartilhado na determinação das controladas, controladas em conjuntos e coligadas.**

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como**
 - i. arredondamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2016, itens não evidenciados nas demonstrações financeiras que tenham ou possam vir a ter efeito relevante.

10.7 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**
- b. natureza e o propósito da operação**
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não existem itens que não estejam contemplados nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

A Companhia, no exercício de 2016, teve seu Orçamento de Investimento aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.255, de 14/01/2016, e revisado através da Lei nº 13.380, de 20/12/2016. A seguir apresentamos o demonstrativo dos investimentos realizados no exercício:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	REALIZAÇÃO 2016
INFRAESTRUTURA	33.982
Manutenção de bens imóveis	1.237
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	3.834
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	28.911
GERAÇÃO	103.075
Manutenção sistema de geração de energia	33.593
Implantação do Parque Eólico Casa Nova	5.274
Implantação de Parques Eólicos Futuros	63.968
Implantação de Parque Solar em Petrolina	240
Ampliação da capacidade de geração da UHE Itaparica	-
Ampliação do sistema de geração de energia	-
Centrais Solares Futuras	-
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	19.316
TRANSMISSÃO	583.860
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	265.437
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	212.529
Manutenção do sistema da transmissão	105.850
Implantação das SE Suape II e SE Suape III	45
TOTAL GERAL	740.233

A Companhia possui previsão em seu Orçamento de Investimento para o exercício de 2017, aprovado pela Lei Orçamentária Anual – LOA nº 13.414, de 10/01/2017, o valor total de R\$ 900.285 mil, com as seguintes aplicações:

	R\$ mil
DESCRIÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA 2017
INFRAESTRUTURA	74.834
Manutenção de bens imóveis	11.672
Manutenção de bens móveis (veículos e equipamentos)	15.139
Manutenção de informática, informação e teleprocessamento	48.024
GERAÇÃO	175.610
Manutenção sistema de geração de energia	48.260
Implantação de Parque Eólico Casa Nova I	6.625
Implantação de Parques Eólicos Futuros	118.191
Central Fotovoltaica em Petrolina	2.384
Ampliação da Capacidade de Geração da UHE Itaparica	50
Ampliação da Capacidade de Geração Nordeste	50
Implantação de Centrais Solares Futuras	50
IRRIGAÇÃO REASSENTAMENTO - ITAPARICA	36.824
TRANSMISSÃO	613.017
Ampliação do sistema de transmissão do Nordeste	204.838
Reforços e melhorias do sistema de transmissão	276.941
Manutenção do sistema da transmissão	131.238
TOTAL GERAL	900.285

A prospecção de novos negócios é parte da estratégia da Chesf de expandir seus sistemas de Geração e Transmissão.

Nos anos de 2016, 2015 e 2014, a Companhia não participou nos leilões de novos empreendimentos de geração e de transmissão de energia promovidos pela Aneel.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento para os empreendimentos em andamento e os previstos são compostas por: geração de caixa nas suas operações, financiamentos e empréstimos contratados e a contratar, e dividendos recebidos.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

As diretrizes estratégicas constante do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras (PDNG) para o quinquênio 2017-2021, divulgado ao mercado em 17 de novembro de 2016, por meio de Fato Relevante emitido pela controladora Centrais Elétricas Brasileiras S.A - Eletrobras, contempla um conjunto de iniciativas para o alcance dos objetivos estratégicos da holding e de suas subsidiárias.

Dentre tais iniciativas, no âmbito do pilar "Disciplina Financeira" existe a previsão de venda de ativos pela Eletrobras e por suas subsidiárias.

A Companhia está, neste momento, em fase de detalhamento das referidas ações estratégicas, visando a implementação de tais diretrizes.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Apenas o descrito no item a.

c. novos produtos e serviços, indicando

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

10.9 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os demais aspectos relevantes sobre o resultado do desempenho operacional do exercício foram comentados nos itens anteriores.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

A eleição dos membros do Conselho de Administração, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 27/04/2017.

São indicados para composição do Conselho de Administração: Wilson Pinto Ferreira Júnior, Armando Casado de Araújo, Fernando de Andrade Neves, Fernanda Cardoso de Amado, Sinval Zaidan Gama e Virgínia Parente de Barros.

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho de Administração da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

12.5 Informações dos membros do Conselho de Administração:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Armando Casado de Araújo	05/05/1955	Administrador de Empresas	671.085.208-34	Membro do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	7
Fernando de Andrade Neves	12/06/1964	Graduado em Comunicação Social/Relações Públicas	318.871.474-20	Membro do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Operador de Instalação	Não – Eleito pelos empregados	Não	2
Fernanda Cardoso Amado	26/03/1982	Advogada	096.820.117-28	Membro do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	3
Sinval Zaidan Gama	20/07/1955	Engenheiro Eletricista	034.022.663-34	Membro do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Diretor-Presidente	Sim	Não	2
Wilson Ferreira Júnior	03/05/1959	Engenheiro Eletricista	012.217.298-10	Presidente do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	2
Virgínia Parente de Barros	11/05/1960	Economista	289.703.221-91	Membro do Conselho de Administração	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	6

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Armando Casado de Araújo - Membro do Conselho de Administração

Formado em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Exatas, Administrativas e Sociais de Brasília. Possui curso de especialização em Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/RJ, MBA Executivo em Finanças, Pós-Graduação pelo IBMEC e APG MBA Executivo Internacional pela Amana-Key. Tem mais de 30 anos de experiência no setor elétrico nacional. Na Eletrobras, desde junho de 2008, exerceu a função de Assistente e Substituto do Diretor Financeiro e atualmente é o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde dezembro de 2011, como também da Eletrobras CGTEE. Foi representante da Eletrobras Eletronorte atuando como Presidente da Companhia Integração Transmissão de Energia S.A. entre 2006 e 2007. Foi funcionário da subsidiária Eletrobras Eletronorte, em 1977, onde exerceu as funções de Superintendente de Orçamento, Superintendente Financeiro e Assistente do Diretor Financeiro.

Fernando de Andrade Neves - Membro do Conselho de Administração

Formado em Comunicação Social/Relações Públicas pela Escola Superior de Relações Públicas – ESURP; técnico em Eletrotécnica pela CEESU e MBA em Planejamento e Gestão Ambiental

pela Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco – FCAP/UPE. É membro do Conselho de Administração, eleito representante dos empregados em 2016. Ingressou na Chesf como Operador de Instalação em 1984, exercendo esta função até hoje. Foi Delegado de Base do Sindicato dos Urbanitários de Pernambuco – Sindurb-PE, de 1988 a 1992; é Diretor do Sindurb-PE e Secretário de Energia da Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste-FRUNE, desde 2004 e Vice-Presidente de Energia da Confederação Nacional dos Urbanitários-CNU, desde 2015.

Fernanda Cardoso Amado – Membro do Conselho de Administração

Formada em Direito pela Universidade Cândido Mendes/RJ, com Pós-Graduação em Direito Urbanístico pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC/MG, com especialização profissional em "Gestión del Suelo en Grandes Proyectos Urbanos" e "Mercados de Suelo Informales y Regularización de Asentamientos em América Latina", ambas pelo Lincoln Institute of Land Policy - Cambridge/MA-EUA. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde abril de 2015. Desde 2011, exerce a função de Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento – SEPAC do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MPOG. É membro do Conselho de Administração da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária. Exerceu anteriormente as seguintes funções: na Secretaria do Patrimônio da União/MPOG foi Coordenadora Geral-Substituta entre 2009 e 2011, e Chefe de Divisão da Coordenação Geral de Habitação e Regularização Fundiária em 2009; na Secretaria Executiva e de Planejamento da Prefeitura Municipal de Niterói, foi Subsecretária Executiva e de Planejamento entre 2007 e 2008; no Núcleo de Regularização Fundiária – NURF/Prefeitura Municipal de Niterói foi advogada em 2007; no Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos NEPHU/UFF/Universidade Federal Fluminense atuou em estudos e elaboração de projetos de política urbana entre 2006 e 2007.

Sinval Zaidan Gama – Membro do Conselho de Administração

Graduado em Engenharia Elétrica e Administração de Empresas pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, em 1977 e 1982, respectivamente, com especialização em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Minas Gerais, 1984. Possui especialização em Gestão de Qualidade pela George Washington University, 1993. Possui MBA em Mercado Financeiro e de Capitais, pelo IMBEC-RJ, 1995. É Doutor em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2001. Participou do Programa de Desenvolvimento de Executivos - Prodesel pela Universidade de São Paulo, em 1997 e do Programa de Gestão Avançada, pelo INSEAD/FDC França/Brasil, em 2006. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde janeiro de 2017. Entre 1976 e 2013 ocupou diversos cargos, na Chesf: Engenheiro, Coordenador de Obra, Chefe de Divisão, Chefe de Departamento, Superintendente, Adjunto de Diretoria e da Presidência, Coordenador do Programa de Gestão, Coordenador do Programa de Implantação da Qualidade, Representante no Subcomitê de Estudos da Proteção do Grupo Coordenador da Operação Interligada GTP/GCOI; e na Eletrobras: Assessor de Diretoria, Chefe de Assessoria, Assistente do Presidente, Chefe de Gabinete e Superintendente. Atuou como Conselheiro de Administração da Companhia de Eletricidade de Pernambuco – CELPE, 1997; Conselheiro de Administração da Companhia de Eletricidade de Alagoas - CEAL, 1997 a 2001; Conselheiro Fiscal da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE, 2002 a 2004; Conselheiro de Administração da Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP - 2007 a 2012. Foi Diretor Técnico e Presidente da Companhia de Eletricidade de Rondônia - CERON, 1999 a 2002; Interventor da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel na Companhia de Eletricidade do Maranhão - CEMAR, 2002 a 2004; Diretor Técnico e Diretor Administrativo da Companhia de Eletricidade do Piauí – CEPISA, 2005; Interventor da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel nas empresas paulista (CNEE, CAIUA, Bragantina, Vale Paranapanema) e paranaense (CFLO) do Grupo Rede – 2012 a 2014. Entre 2015 e 2016 atuou como Diretor Presidente da CELG Distribuição S.A. – CELG-D.

Wilson Pinto Ferreira Júnior - Presidente do Conselho de Administração

Formado em Engenharia Elétrica pela Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie em 1981 e em Administração de Empresas pela Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas pela Universidade Mackenzie em 1983. cursou mestrado em Energia pela Universidade de São Paulo (USP), e possui várias especializações, dentre as quais Engenharia de

Segurança do Trabalho (Universidade Mackenzie, 1982), Marketing (Fundação Getúlio Vargas – FGV, 1988), e Administração de Distribuição de Energia Elétrica (Swedish Power Co. 1992). É presidente do Conselho de Administração da Chesf desde agosto de 2016. Na Companhia Energética de São Paulo (CESP) exerceu diversos cargos, incluindo Diretor de Distribuição (1995 a 1998). Foi Presidente da RGE de 1998 a 2000, Presidente do Conselho de Administração da Bandeirante Energia S.A. de 2000 a 2001 e Presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADDEE (2009 a 2010). É membro do Conselho de Administração do ONS e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base (ABDIB). Em março de 2000, tornou-se Presidente da CPFL Paulista, e posteriormente da CPFL Piratininga, CPFL Geração, CPFL Brasil, RGE, CPFL Santa Cruz, CPFL Jaguariúna, CPFL Bioenergia, e outras controladas da CPFL Energia. De 2002 a abril de 2011, foi membro do Conselho de Administração da CPFL Paulista, CPFL Piratininga, CPFL Geração e RGE. É o Presidente da CPFL Energia desde 2002.

Virgínia Parente de Barros - Membro do Conselho de Administração

Formada em Economia pela Universidade de Brasília – UNB; Mestre em Administração pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; Doutora em Finanças e Economia pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo – FGV/SP, com Intercâmbio de Doutorado pela Universidade de Nova York; Pós-Doutora em Energia com foco em regulação pela Universidade de São Paulo - USP. É Diretora do Departamento de Infraestrutura da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e membro da Diretoria da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético - SBPE, que reúne várias universidades e centros de pesquisa em energia. É membro do Conselho de Administração da Chesf desde 2012. Desde 2013, é Vice-Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em Política e Regulação de Emissões de Carbono (NUPPREC). Em 2005, ingressou como Professora Doutora do IEE-USP, atuando no Programa de Pós-Graduação em Energia e, também, nas Graduações da FEA e da Poli/USP. Nos últimos anos, como professora concursada da USP, vem atuando em ensino, pesquisa e extensão, incluindo atividades de consultoria nas áreas de Finanças, Economia, Administração Pública e Regulação aplicadas a questões de energia, meio ambiente e política e segurança energéticas. Com experiência prática nas áreas pública e privada, vem desenvolvendo atividades com ênfase em Planejamento Estratégico e Governança Corporativa aplicados à Energia e ao Meio Ambiente. Adicionalmente, atua como consultora ad hoc da FAPESP e como membro do Conselho de Administração da Associação Nacional dos Consumidores de Energia (ANACE-Brasil). Foi membro do Conselho de Administração da Eletrobras; presidente do Comitê Estratégico em Energia da Amcham; e diretora da Sociedade Brasileira de Planejamento Energético, tendo sido responsável pela Revista Brasileira de Energia. Começou a carreira em Brasília, no IPEA, instituição vinculada ao Ministério do Planejamento, trabalhando, em seguida, como executiva em uma série de bancos nacionais e internacionais, como Chemical Bank (atual JP Morgan Chase), BankBoston e Banco Votorantim, entre outros.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Armando Casado de Araujo	20	100,00
Fernanda Cardoso de Amado	20	100,00
Fernando de Andrade Neves	12	100,00
Virgínia Parente de Barros	20	85,00
Wilson Pinto Ferreira Júnior	6	100,00

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não se aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. administrador do emissor**
- b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não há relações conjugais, uniões estáveis ou de parentesco até o segundo grau, dos administradores da Companhia, entre si, e com os administradores ou controladores das sociedades controladas ou controladoras, direta ou indireta, da Companhia.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em sociedade controlada direta ou indiretamente.

- b. controlador direto ou indireto do emissor**

Nome	Cargo/Função do Administrador	Nome empresarial da pessoa relacionada	Tipo de pessoa	CNPJ	Cargo ou função do Administrador na pessoa relacionada	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada	Exercício Social
Armando Casado de Araujo	Membro do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Eletrobras	Subordinação	Controlador Direto	2014/2015/2016
Fernanda Cardoso Amado	Membro do Conselho de Administração	União Federal	Pessoa Jurídica	00.394.460/0001-41	Chefe de Gabinete da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento do MPOG	Subordinação	Controlador Indireto	2014/2015/2016
Wilson Pinto Ferreira Júnior	Presidente do Conselho de Administração	Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	Pessoa Jurídica	00.001.180/0001-26	Diretor-Presidente	Subordinação	Controlador Direto	2016

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Nenhum dos membros indicados ao Conselho de Administração possui relação de subordinação, prestação de serviço ou controle em fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS CANDIDATOS PARA O CONSELHO FISCAL INDICADOS PELOS ACIONISTAS CONTROLADORES EM CUMPRIMENTO AO ART. 10º DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009

A eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, de acordo com o estabelecido no Estatuto Social da Companhia, ocorrerá no decorrer da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 29/04/2016.

São indicados para composição do Conselho Fiscal, titulares e suplentes: Pedro Gaudêncio de Castro (titular), Leandro Giacomazzo (titular), Marcelo Cruz (titular), Éride Machado Bueno Bomtempo (suplente), Marcos Spagnol (suplente), Pedro Paulo da Cunha (suplente).

Em conformidade com o art. 10 da Instrução CVM nº 481/2009, apresentamos as informações dos itens 12.5/6 a 12.10 do Formulário de Referência, relativamente aos candidatos indicados para compor o Conselho Fiscal da Companhia, cumprindo mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2017.

12.5 Informações dos membros do Conselho Fiscal:

Nome	Data de nascimento	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidas no emissor	Eleito pelo controlador	Membro independente	Nº mandatos consecutivos
Pedro Gaudêncio de Castro	12/02/1931	Advogado	007.838.893-72	Membro Titular do Conselho Fiscal	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	9
Leandro Giacomazzo	12/04/1960	Bancário	186.222.241-04	Membro Titular do Conselho Fiscal	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	3
Éride Machado Bueno Bomtempo	25/01/1965	Servidora Pública	279.613.031-20	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	4
Marcos Spagnol	27/09/1949	Engenheiro Elétrico	373.995.517-15	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	12
Pedro Paulo da Cunha	15/03/1963	Contador	813.693.957-87	Membro Suplente do Conselho Fiscal	27/04/2017	27/04/2017	Até a AGO-2018	Não	Sim	Não	12

i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos
ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Pedro Gaudêncio de Castro – Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Direito pela Faculdade de Direito de Olinda - PE, com curso de Extensão em Administração pela Faculdade do Ceará. É membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2008. Foi Diretor da Recebedoria de Rendas na Cidade de Floriano - PI; Diretor da Fazendas Reunidas Raymundo de Castro S.A.; Sócio-Gerente da Comercial Construtécnica Ltda; Presidente da Associação Comercial do Sul do Estado do Piauí; e Sócio na MJCASTRO - Administração e Corretora de Seguros Ltda.

Leandro Giacomazzo - Membro Titular do Conselho Fiscal

Formado em Administração e pós-graduado em Gestão Empresarial, ambos pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília - CEUB. É coordenador-Geral de Haveres Financeiros – COAFI, no Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional desde 2005. É membro do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2015. No Banco do Brasil S.A., exerceu os cargos de Assessor de Diretoria em 1994, Assessor de Departamento entre 1988 e 1993 e Assistente de Supervisão entre 1986 e 1988. No Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional exerceu os cargos de Coordenador de Haveres Financeiros entre 2002 e 2005, Gerente de Execução Financeira e de Informações Gerenciais entre 2000 e 2002, Gerente de Operações Especiais e Gerente de

Créditos Vinculados a Operações Internas de Estados e Municípios entre 1996 e 2000. Atuou como membro do Conselho Fiscal da Embraer entre 2007 e 2012, membro do Conselho Fiscal da Transportadora de Gás S.A – TAG em 2011, membro do Conselho Fiscal da Cia Imobiliária de Brasília – TERRACAP entre 2007 e 2011, membro do Conselho Fiscal do Banco do Estado do Piauí S.A entre 200 e 2008, membro do Conselho Fiscal da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT entre 1994 e 1997 e membro do Conselho Fiscal do Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO entre 1994 e 1996.

Éride Machado Bueno Bomtempo - Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formada em Comunicação Social pela Universidade de Brasília – UnB - com especialização em Jornalismo. Formada em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília - UnB, cursando Pós-graduação nas áreas de Direito Administrativo e Revisão de Textos. É assessora técnica de Assessoria Econômica da STN. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2014, representante do Tesouro Nacional. Foi Coordenadora da Coordenação Geral de Gestão de Riscos Operacionais - COGER/STN entre 2001 e 2015 . Trabalhou no Banco do Brasil entre 1993 e 1997 nas áreas de crédito, aplicações financeiras e câmbio. Entre 1990 e 1993, trabalhou na Fundação Hospitalar do Distrito Federal na área de concessão de aposentadorias, incluindo acompanhamento de processos oriundos do Tribunal de Contas do Distrito Federal. Atuou na área de investimentos financeiros no Montrealbank S.A. em 1993.

Marcos Spagnol – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Engenharia Elétrica pela Universidade Católica de Petrópolis - RJ, com curso de Pós-Graduação em Administração para Desenvolvimento de Executivo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, e Pós-Graduação em Curso de Operação de Sistemas Hidrotérmicos "Sistema de Apoio a Decisão" pela Universidade de Campinas – Unicamp/SP. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde abril de 2006. É membro suplente do Conselho Fiscal da CEAL e Suplente do Presidente do Conselho de Administração da ELETROS. É Chefe da Assessoria de Gestão aos Bens da União na Eletrobras desde outubro de 2008. Ainda na Eletrobras, exerceu as funções de Gestão dos Bens da União sob Administração da Eletrobras, Assessoria ao Diretor de Projetos Especiais, Gestão da Conta de Combustíveis Térmicos das Regiões Sul/Sudeste e Norte/Nordeste e Isolados, bem como participou de Estudos de Estabilidade do Sistema Eletrobras e Estudos de Planejamento Energético do Sistema Eletrobras. Também atuou como Representante da Eletrobras no Conselho Fiscal do CEPEL até 2010. Foi Assistente da Diretoria de Projetos Especiais de 2005 a 2008; Chefe do Departamento de Sistemas Isolados de 2003 a 2005; Chefe do Departamento de Estudos Energéticos de 2000 a 2003; e Chefe da Divisão de Estudos Energéticos de 1998 a 2000.

Pedro Paulo da Cunha – Membro Suplente do Conselho Fiscal

Formado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, com Pós-Graduação em Ciências Contábeis e Pós-Graduação em Especialização para Executivos pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, MBA em Energia Elétrica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, e atualmente cursa Mestrado em Gestão Empresarial na FGV. É membro suplente do Conselho Fiscal da Chesf desde 2005. Exerce a função de Chefe do Departamento de Planejamento e Orçamento da Eletrobras, onde tem como atividades: coordenar a elaboração e acompanhamento do orçamento do Sistema Eletrobras; é responsável pela negociação do orçamento do Sistema Eletrobras junto ao Ministério de Minas e Energia, Ministério da Fazenda e Secretaria do Tesouro Nacional; é responsável pela projeção e monitoramento do Fluxo de Caixa do Sistema Eletrobras de médio e longo prazo; e coordenar a implantação do Plano de Negócios e Orçamento Empresarial da Eletrobras e de suas empresas. É membro do Conselho Fiscal da Eletronuclear e do da Eletrobras Distribuição Acre. Foi membro do Conselho Fiscal da Ceron; membro do Conselho Fiscal da Celpa; membro do Conselho de Administração da Eletros; e Conselheiro Fiscal da Eletros; Conselheiro Fiscal da Manaus Energia; membro do Conselho Fiscal da CEAM; e membro do Conselho Fiscal da CGTEE.

12.6. Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões

realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Nome	Quantidade de reuniões ocorridas após a posse	% de participação
Pedro Gaudêncio de Castro	8	100,00
Leandro Giacomazzo	8	100,00
Marcos Spagnol (Suplente)	7	100,00
Éride Machado Bueno Bomtempo (Suplente)	-	-
Pedro Paulo da Cunha (Suplente)	-	-

Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

Não há condenação criminal para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

Não há condenação em processo administrativo da CVM para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Não há condenação transitada em julgado nas esferas judiciais ou administrativa para nenhum dos membros indicados ao Conselho Fiscal.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

Não de aplica.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a. administrador do emissor

b. administradores do emissor e administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

c. administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas, e controladores diretos ou indiretos do emissor

d. administradores do emissor e administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

Não se aplica.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social**
- b. controlador direto ou indireto do emissor**
- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não se aplica.

INFORMAÇÕES INDICADAS NO ITEM 13 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA EM CUMPRIMENTO AO ART. 12 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/2009
13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

13.1 Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Os objetivos da política e práticas visam remunerar os diretores e conselheiros da Companhia considerando a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e a reputação profissional.

b. composição da remuneração, indicando:
i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

A fixação da remuneração dos diretores e conselheiros da Companhia segue um processo já estabelecido em que o montante é aprovado na Assembleia Geral Ordinária - AGO, levando em consideração o período compreendido entre abril do ano de referência e março do ano subsequente.

No caso dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, os honorários mensais são fixados em um décimo do que, em média mensal, percebem os membros da Diretoria, excluídos os valores relativos a: adicional e abono pecuniário de férias; auxílio alimentação; despesas médicas e seguro de vida em grupo, bem como seguro funeral; ajuda de custo de transferência; auxílio refeição; participação nos lucros ou resultados e auxílio moradia.

A remuneração dos diretores compreende: (i) honorários mensais; (ii) 13º salário; (iii) gratificação de férias; (iv) abono pecuniário de férias; (v) auxílio alimentação; (vi) auxílio moradia; (vii) ajuda de custo de transferência; (viii) cobertura parcial de despesas médicas; (ix) seguro de vida em grupo; (x) seguro ou auxílio funeral; (xi) fundo de pensão; e (xii) Participação nos Lucros ou Resultados, facultando ao dirigente optar pela retribuição paga na sua empresa de origem, na hipótese desta ser superior ao valor nominal do honorário praticado. Não devem ser considerados para estes fins outros aumentos, tais como mérito, promoção e ajustes não lineares, inclusive na remuneração do empregado paradigma.

Conselho de Administração

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho de Administração é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996 não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro administrativo, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por Remuneração Variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho de Administração não são remunerados por remunerações baseadas em ações.

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	Englobam a remuneração fixa mensal todas as verbas que compõem a remuneração, tais como: honorários mensais, 13º salário, despesas médicas, adicional e abono pecuniário de férias, seguro de vida em grupo, auxílio-refeição, auxílio moradia, bem como, ajuda de custo de transferência, não devendo ser repassados aos respectivos honorários os mesmos benefícios que, eventualmente forem concedidos aos Empregados da Companhia, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada diretor Estatutário, dentro do escopo de responsabilidade atribuído à sua função.
Remuneração Variável	Os membros da Diretoria Estatutária são remunerados por remuneração variável. Tais membros fazem jus a Participação nos Lucros e Resultados - PLR da Companhia, com o fim de reconhecer a participação do diretor no desempenho da Companhia.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus a benefício pós-emprego na forma de contribuições a previdência complementar.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros da Diretoria Estatutária não são remunerados por remunerações baseadas em ações.

Conselho Fiscal

COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	DESCRIÇÃO E OBJETIVOS
Remuneração Fixa Mensal	A remuneração dos membros do Conselho Fiscal, além do reembolso das despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho da função, será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, observado o limite da legislação vigente. A remuneração dos membros do Conselho fiscal é fixada em 10% dos honorários médios mensais e do 13º salário, pagos aos Membros da Diretoria Executiva, nos termos da Lei nº 9.292, de 12.07.1996, não computando os demais benefícios. A referida remuneração tem como objetivo remunerar os serviços de cada conselheiro, dentro do escopo de responsabilidade atribuído ao Conselho Fiscal da Companhia.
Remuneração Variável	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remuneração variável.
Benefícios Pós-Emprego	Os membros do Conselho de Administração não fazem jus ao benefício pós-emprego.
Cessação do Exercício do Cargo	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por benefício motivados pela cessação do exercício do cargo.
Remuneração Baseada em Ações	Os membros do Conselho Fiscal não são remunerados por remunerações baseadas em ações.

ii. em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

De acordo com a tabela abaixo, as proporções de cada elemento na remuneração total dos três últimos exercícios sociais foram, aproximadamente:

Composição da Remuneração	2016			2015			2014		
	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho de Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Remuneração Fixa Mensal									
Salário ou pró-labore	100%	84%	100%	100%	85%	100%	100%	84%	100%
Benefícios Diretos ou Indiretos	-	5%	-	-	4%	-	-	5%	-
Participação em comitês	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Variável									
Bônus	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participação nos Resultados	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Participações em Reuniões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comissões	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Benefícios Pós-Emprego	-	11%	-	-	11%	-	-	11%	-
Cessação do Exercício do Cargo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Baseada em Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A fixação da remuneração global dos diretores, membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal segue um processo já estabelecido por meio do qual:

- (i) o montante referente à remuneração dos administradores acima mencionados é previamente definido pelo acionista controlador Eletrobras com a participação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que define os valores individuais de remuneração de cada órgão de administração da Chesf;
- (ii) a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) encaminha o valor proposto para a remuneração dos administradores para aprovação da Secretaria do Tesouro Nacional;
- (iii) a Secretaria do Tesouro Nacional, após a aprovação do montante proposto, encaminha o referido montante, sob a forma de sugestão, para aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionista da Chesf.

Caso qualquer dos órgãos acima indicados não aprove o montante correspondente à remuneração da Administração da Eletrobras, o processo é remetido de volta ao órgão anterior para revisão.

A remuneração da Administração da Chesf é reajustada conforme a variação dos índices oficiais que determinam a inflação.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração dos administradores da Companhia é estabelecida pelos acionistas majoritários com a participação do órgão controlador (MPOG/SEST) levando-se em consideração o índice inflacionário, que se justificam pela responsabilidade do cargo a eles atribuído.

v. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não existe membros não remunerados pelo emissor.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Não há vinculação do desempenho em relação à **remuneração fixa** dos administradores, pois os valores são fixados pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão e distribuídos pelo Conselho de Administração aos demais órgãos de administração da Companhia. O montante total da remuneração é aprovado na Assembleia Geral Ordinária, levando em consideração o período compreendido entre abril, do ano corrente, a março do ano subsequente.

Com relação à **remuneração variável** dos administradores, consubstanciada na Participação nos Lucros e Resultados – PLR pela Diretoria Estatutária, os indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação da referida remuneração são: (i) liquidez corrente, (ii) liquidez geral, e (iii) Despesa de Pessoal, Material e Serviço sobre a Receita de Operações com Energia Elétrica.

O Programa de Remuneração Variável está vinculado com as metas de desempenho estabelecidas no Contrato de Metas de Desempenho Empresarial - CMDE, tanto para os empregados quanto para a Diretoria Executiva, nos termos acertados com a Eletrobras e em alinhamento com as diretrizes definidas pelos órgãos de controle.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

- ✓ Salário ou pró-labore: remuneração fixa, sem indicador vinculado.
- ✓ Benefícios diretos e indiretos: sem indicador vinculado.
- ✓ Participação em Comitês: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Bônus: a Companhia não pratica a referida remuneração.
- ✓ Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Os membros da Diretoria Estatutária da Chesf recebem apenas a Participação nos Lucros ou Resultados - PLR como remuneração variável. A referida remuneração é estruturada para refletir o atendimento de indicadores de desempenho negociados com a Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) e por ocasião das negociações de Acordos Coletivos de Trabalho entre a Companhia e as entidades sindicais. Os referidos indicadores também estão alinhados como resultados financeiros apresentados pela Companhia no exercício social.
- ✓ Participação em reuniões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Comissões: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Benefícios pós-emprego: sem indicador vinculado.
- ✓ Cessação de cargo: a Chesf não pratica a referida remuneração.
- ✓ Remuneração baseada em ações: a Chesf não pratica a referida remuneração.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A remuneração dos Diretores e Conselheiros da Companhia busca promover o reconhecimento e um alinhamento às estratégias de curto, médio e longo prazos. Conforme mencionado no item 13.1b alínea “i”, a política de remuneração baseia-se em componentes fixos e variáveis, visa o incentivo da melhoria da gestão da companhia e permanência de seus executivos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não praticado.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não praticado.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Órgão	2017 (Previsão) *			Total
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	468.228,42	4.030.807,73	234.114,21	4.733.150,36
· Benefícios direto e indireto	-	2.275.737,30	-	2.275.737,30
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		513.183,58		513.183,58
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	468.228,42	6.819.728,61	234.114,21	7.522.071,24

*Os valores de 2017 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO. Os valores de janeiro a março de 2017 estão baseados na aprovação realizada na AGO/2016, para o período de abril/2016 a março/2017, e os valores de abril a dezembro de 2017 estão baseados na proposta submetida a AGO/2017. Os valores acima apresentados não incluem encargos.

Órgão	2016			Total
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,67	4,92	3,00	13,58
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	311.321,65	2.958.578,61	165.774,78	3.435.675,04
· Benefícios direto e indireto	-	162.991,26	-	162.991,26
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	22.342,85	-	22.342,85
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	-	384.767,14	-	384.767,14
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	311.321,65	3.528.679,86	165.774,78	4.005.776,29

Órgão	2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	5,83	5,08	3,17	14,08
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	310.223,37	3.052.676,62	170.705,34	3.533.605,33
· Benefícios direto e indireto		162.304,47		162.304,47
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego		391.870,28		391.870,28
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	310.223,37	3.606.851,37	170.705,34	4.087.780,08

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	6,08	4,50	3,00	13,58
Remuneração fixa anual:				
· Salário ou pró-labore	301.859,73	2.639.565,55	150.898,80	3.092.324,08
· Benefícios direto e indireto	-	164.434,77	-	164.434,77
· Participações em comitês	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável:				
· Bônus	-	-	-	-
· Participação de resultados	-	-	-	-
· Participação em reuniões	-	-	-	-
· Comissões	-	-	-	-
· Outros	-	-	-	-
Descrição de outras remunerações variáveis	-	-	-	-
Pós-emprego	-	351.549,28	-	351.549,28
Cessação do cargo	-	-	-	-
Baseada em ações (incluindo opções)	-	-	-	-
Total da remuneração	301.859,73	3.155.549,60	150.898,80	3.608.308,13

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Órgão	2017*			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,00	5,00	3,00	14,00
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração				

* Os valores de 2017 são estimados, sujeitos a alterações na Assembleia Geral Ordinária – AGO.

Órgão	2016			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	5,67	4,92	3,00	13,58
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Órgão	2015			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	5,83	5,08	3,17	14,08
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Órgão	2014			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	6,00	5,00	3,00	14,00
Número de membros remunerados	6,08	4,50	3,00	13,58
Em relação ao bônus:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor previsto no resultado do exercício	-	-	-	-
Em relação a participação nos lucros:				
· Valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-	-	-
· Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-	-	-
· Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício	-	-	-	-
Total da remuneração	-	-	-	-

Este item não se aplica à remuneração dos conselheiros de Administração e Fiscal, que é composta exclusivamente por uma parte fixa.

Relativamente à remuneração variável da diretoria estatutária, esta é composta unicamente pela participação nos lucros ou resultados, uma vez que a Companhia não distribui bônus. A Companhia esclarece que não há um valor mínimo ou máximo pré-determinado para pagamento de participação nos lucros ou resultados aos membros da diretoria estatutária.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício corrente:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

A Companhia não pratica remuneração baseada em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos últimos 3 exercícios sociais:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não aplicável em razão do disposto no item 13.4.

13.9 Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Título	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Ações Preferenciais (PN)	0	6	0

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as informações em forma de tabela:

A Companhia assegura fundo de pensão somente para os membros da sua Diretoria, não abrangendo os membros do Conselho de Administração, por meio dos seguintes planos:

- Fundação Chesf de Assistência e Seguridade Social – Fachesf
- Fundação Ceal de Assistência Social e Previdência - Faceal
- Brasilprev
- Caixa Seguradora

Ano	Órgão	Membros	Membros remunerados	Plano	Administradores que reúnem as condições para se aposentar	Condições de se aposentar antecipadamente	Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social	Valor total acumulado das contribuições realizadas durante último exercício social	Possibilidade de resgate antecipado e condições
2016	Diretoria	5,00	4,92	Fachesf	3	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.934.946,78	R\$ 205.152,61	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	2	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 703.717,99	R\$ 88.960,72	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	1	60 contribuições	R\$ 406.636,35	R\$ 70.156,71	60 contribuições

						mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.			mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
				Caixa Previdência	1	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 20.497,10	R\$ 20.497,10	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
2015	Diretoria	5,00	5,08	Fatchesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.729.794,17	R\$ 278.897,61	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	0	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 614.757,27	R\$ 101.091,82	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	0	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 336.208,64	R\$ 70.985,05	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.
2014	Diretoria	5,00	4,50	Fatchesf	2	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.	R\$ 5.450.896,56	R\$ 204.217,47	5 anos de contribuição; 50 anos; desligamento da patrocinadora.
				Brasilprev	0	Não há condições, resgate a qualquer tempo.	R\$ 513.665,45	R\$ 60.096,79	Não há condições, resgate a qualquer tempo.
				Faceal	0	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.	R\$ 265.223,59	R\$ 61.197,82	60 contribuições mensais; 120 meses de vínculo empregatício participante Original Plus e 180 meses para os demais; 50 anos participante Original Plus e 55 anos demais participantes; desligamento do patrocinador.

Os planos de previdência possuem condições e regras específicas para o resgate antecipado. O plano de previdência complementar da Fatchesf prevê a possibilidade de resgate da totalidade das contribuições efetuadas pelos participantes, assim como de 90% da parte paga pela Companhia, depois de determinado tempo de contribuição. Todos os diretores detentores do plano de previdência da Fatchesf já são elegíveis ao resgate nessas condições.

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

		Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal
2016	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,67	4,92	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 55.476,78	R\$ 837.846,42	R\$ 55.476,78
	valor da menor remuneração individual	R\$ 15.576,14	R\$ 219.720,56	R\$ 22.978,75
	valor médio da remuneração individual	R\$ 54.939,11	R\$ 717.697,60	R\$ 55.258,26
2015	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	5,83	5,08	3,17
	valor da maior remuneração individual	R\$ 53.837,88	R\$ 817.258,31	R\$ 53.838,08
	valor da menor remuneração individual	R\$ 4.267,97	R\$ 353.788,78	R\$ 4.595,75
	valor médio da remuneração individual	R\$ 53.181,15	R\$ 709.544,53	R\$ 53.906,95
2014	número de membros	6,00	5,00	3,00
	número de membros remunerados	6,08	4,50	3,00
	valor da maior remuneração individual	R\$ 50.299,60	R\$ 924.906,90	R\$ 50.299,60
	valor da menor remuneração individual	R\$ 12.862,53	R\$ 192.701,89	R\$ 50.299,60
	valor médio da remuneração individual	R\$ 49.620,78	R\$ 701.233,24	R\$ 50.299,60

Mês	2016			2015			2014		
	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal	Conselho Adm.	Diretoria	Conselho Fiscal
Janeiro	6	5	3	6	5	3	6	4	3
Fevereiro	6	5	3	5	5	3	6	4	3
Março	6	5	3	5	5	3	6	4	3
Abril	6	5	3	5	5	3	7	5	3
Mai	6	5	3	6	5	3	6	4	3
Junho	6	4	3	7	6	3	6	4	3
Julho	6	4	3	6	5	4	6	4	3
Agosto	6	5	3	6	5	3	6	5	3
Setembro	5	6	3	6	5	3	6	5	3
Outubro	5	5	3	6	5	4	6	5	3
Novembro	5	5	3	6	5	3	6	5	3
Dezembro	5	5	3	6	5	3	6	5	3
Total	68	59	36	70	61	38	73	54	36
Média	5,67	4,92	3,00	5,83	5,08	3,17	6,08	4,50	3,00

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

A Companhia não possui mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Na remuneração total detida pelos administradores e membros do conselho fiscal nenhum percentual se refere a partes relacionadas aos controladores da Companhia.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Os administradores e os membros do conselho fiscal não recebem remuneração reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor.

13.16 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes.

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos próprios itens.

* * *